



ATA N.º 41/XI-3º/2015-16

1 - Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas 21H00, no Clube Recreativo Charnequense, sito na avenida Elias Garcia, Palhais, Charneca de Caparica, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de abril.

1.1 - Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para a abertura da reunião.

1.1.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Está aberta a Primeira Reunião da Sessão de abril, como sabeis além da reunião de hoje, reunimo-nos amanhã quinta-feira e também na sexta-feira, dia 29, com início às 21 horas.

A presente sessão realiza-se nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do seu anexo I, artigo 27º, nº 1.

A agenda da sessão conforme Edital nº 524/XI-3º que publicitou ao ser afixado nos locais de estilo, é a seguinte:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.2 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas:

3.2.1 - “Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao exercício de 2015”;

3.2.2 - “Relatório e Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2015”;

3.3 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Revisão Orçamental:

3.3.1 - “Primeira Revisão Orçamental do Município”;

3.3.2 - “Primeira Revisão Orçamental dos SMAS”.

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Alteração ao Mapa de Pessoal 2016”

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Redução de Tarifas na prestação de serviços de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos”

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Designação dos Membros do Júri para Procedimento Concursal para Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau, Chefe de Divisão de Pessoal dos SMAS”

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre:

3.7.1 - “Relatório de Monitorização da ARU da Trafaria”;



3.7.2 - “Relatório de Monitorização da ARU de Almada”.

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Aquisição da antiga garagem de camionetas da Empresa de Camionagem Piedense, Lda, sita na avenida D. Afonso Henriques, em Almada, e quarteirão em frente aos barcos e ao Presídio da Trafaria”.

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada”.

2 - Instalada a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência no dia 27 de abril de 2016, (Ent. nº 5836/XI-3º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral, com ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2016, (Ent. nº 5861/XI-3º), (**Conforme Anexo II**).
- A Senhora Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 27 de abril de 2016, (Ent. nº 5895/XI-3º), (**Conforme Anexo III**).

4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:



- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de abril de 2016, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IV**).
 - O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de abril de 2016, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo V**).
 - O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por suspensão do mandato, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos e por impedimento da cidadã Sr.ª Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos VI e VII**).
 - O Candidato Senhor Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de abril de 2016, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII**).
- 4.3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
- 4.4** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 5455/XI-3º ao 5885/XI-3º do Expediente Enviado do nº 3515/XI-3º ao nº 3769/XI-3º, da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais e Partidos da Assembleia, Súmula Nº 14/XI-3º/2015-16 realizada no dia 19 de abril (neste documento além de outras informações estão referidos os tempos de debate das várias matérias que serão apreciadas nestes três dias de reunião), das Atas Nºs 38/XI-3º/2015-16 e 39/XI-3º/2015-16 e das Minutas das Atas Nºs 38/XI-3º/2015-16 e 39/XI-3º/2015-16 e da Informação Nº 13/15-16 da Atividade dos Membros da Mesa.
- 4.5** - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas N.ºs 38/XI-3º/2015-16 e 39/XI-3º/2015-16 e das Minutas das Atas N.ºs 38/XI-3º/2015-16 e 39/XI-3º/2015-16, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade, nos termos do nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.
- 5** - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:
- 5.1** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).
- 5.1.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 7 de abril de 2015, foi registado com a Entrada nº 3393/XI-2º e designado de nº 7/CDS-PP/XI-2º.
- 5.1.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de abril de 2015, através do ofício nº 2325/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2324/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.2** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Condições de Segurança da Escola Básica e Secundária Anselmo de Andrade” em Almada.



- 5.2.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2015, foi registado com a Entrada nº 4676/XI-2º e designado de nº 11/CDS-PP/XI-2º.
- 5.2.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de outubro de 2015, através do ofício nº 3075/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3074/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.3** - Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre “o trabalho voluntário nos Festivais Primavera Surf Feste e Sol da Caparica”.
- 5.3.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 8 de fevereiro de 2016, foi registado com a Entrada nº 5332/XI-3º e designado de nº 7/BE/XI-3º.
- 5.3.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 10 de fevereiro de 2016, através do ofício nº 3451/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3450/XI-3º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.4** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Intervenções de manutenção e conservação de habitação camarária”
- 5.4.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 29 de fevereiro de 2016, foi registado com a Entrada nº 5489/XI-3º e designado de nº 14/CDS-PP/XI-3º.
- 5.4.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 10 de março de 2016, através do ofício nº 3569/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3568/XI-3º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.4.3** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 104/GP, de 27 de abril de 2016, sendo-lhe atribuído o nº 5893/XI-3º.
- 5.4.4** - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através de ofício nº 3774/XI-3º, em 27 de abril de 2016.
- 5.5** - Pela Sr.ª Deputada Maria Odete Alexandre, solicitando informações sobre “As alterações climáticas”.
- 5.5.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 29 de janeiro de 2016, foi registado com Entrada nº 5293/XI-3º/2015 e designado de nº 1/XI-3º/Ind..
- 5.5.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 29 de janeiro de 2016, através do ofício nº 3415/XI-3º e informada a Sr.ª Deputada Municipal requerente através do ofício nº 3416/XI-3º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.6** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Intervenção nas Terras da Costa/Infraestrutura Rodoviária”
- 5.6.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 15 de março de 2016, foi registado com a Entrada nº 5570/XI-3º e designado de nº 15/CDS-PP/XI-3º.
- 5.6.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 16 de março de 2016, através do ofício nº 3602/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3603/XI-3º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.



5.6.3 - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 103/GP, de 22 de abril de 2016, sendo-lhe atribuído o nº 5862/XI-3º.

5.6.4 - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através de ofício nº 3756/XI-3º, em 26 de abril de 2016.

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 - Usou da palavra o Cidadão Exm.º Senhor Francisco Miguel Sequeira Penha, em representação da Associação Mãos Unidas P. Damião - Portugal, residente em Lisboa.

6.1.1 - O Cidadão Exm.º Senhor Francisco Miguel Sequeira Penha:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O meu nome é Francisco Miguel Penha, como foi dito. Eu e o Presidente, e o Diretor Executivo da Associação Mãos Unidas Padre Damião iniciámos um processo com a Câmara Municipal de Almada no dia 24 de abril de 2015, no sentido de solicitar um terreno para fazermos uma infraestrutura de apoio social.

Ouvi aqui os Srs. Deputados a falarem realmente do 25 de abril e das necessidades que existem de acabar com as barracas, mas efetivamente para acabar com as barracas temos que acabar primeiro com a fome no Concelho e temos que formar, reestruturar as pessoas e foi esse o projeto que nós apresentámos em carta de intenções ao Sr. Presidente.

O Sr. Presidente encaminhou para a Sr.ª Vereadora Maria do Carmo Borges e reunimos com a Sr.ª Vereadora no sentido de obtermos uma resposta quanto a essa cedência de terreno. Infelizmente fomos muitíssimo mal recebidos fomos até ostracizados e muitíssimo mal tratados pela Sr.ª Secretária da Sr.ª Vereadora. A resposta veio imediatamente no sentido de não temos terreno absolutamente nenhum. O Património tinha-nos dito que a Câmara tinha obviamente terrenos para ceder, a Sr.ª Vereadora diz que não e que o nosso projeto era muito bonito e em cinco linhas despacha. Depois em novembro, passados vários meses, despacha um pedido, quando nós fazemos aqui uma intervenção em Almada, nós temos sede em Lisboa, mas apoiamos aqui várias instituições e se não fossemos nós a apoiá-las obviamente que elas já tinham fechado. Nós somos IPSS - ONG, fizemos, formulámos novamente um pedido à Sr.ª Vereadora no sentido de ver então um terreno mais pequeno para fazermos outra unidade de apoio aos cidadãos daqui, mais carenciados, no sentido de fazermos um bom centro alimentar, já o sabemos as condições por exemplo a Colmeia Vigilante trabalha em condições sub-humanas e completamente ilegais, e estando na Junta de Freguesia, instalações da Junta de Freguesia encostados a uns camiões. Ora bem, nós iríamos fazer tudo isso e iríamos dar também formação às pessoas como fazemos noutras zonas do País, nomeadamente e que tem merecido da parte da Comunicação Social um grande relevo no Distrito de Viseu, mais propriamente em Santa Comba Dão e Carregal do Sal. Nós gostaríamos de saber da parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal, se tem conhecimento realmente da resposta da Sr.ª Vereadora e que nos diga por favor se realmente



a Câmara Municipal tem terrenos ou se não tem para ceder para este fim único, único de fazer bem à comunidade e às pessoas mais carenciadas como eu ouvi aqui tanta vez falar no 25 de Abril e nós realmente vemos que o 25 de Abril não está a ser cumprido, e conversa há muita, mas infelizmente ação há muito pouca e agradeço. Gostaria depois de obter uma resposta concreta e reiteramos também aqui a nossa vontade e o nosso pedido em continuar a fazer obra aqui. Gastamos muito dinheiro da parte da logística infelizmente, o polo aqui faria todo o sentido, não íamos fazer barracas de certeza, porque não é nosso apanágio, iríamos fazer instalações condignas para que as pessoas se sintam bem, onde se possa dar formação à população, onde se possa realmente dar dignidade às pessoas que infelizmente não a têm."

6.2 - Usou da palavra a Muniçipe Exm.^a Senhora Maria Felismina Ferreira, em representação da Associação Proprietários Residentes Herdade Aroeira, residente na Charneca de Caparica.

6.2.1 - A Muniçipe Exm.^a Senhora Maria Felismino Ferreira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A situação precária das infraestruturas e falta de equipamentos na zona pública habitacional designada por Herdade da Aroeira

Como proprietários e residentes da Herdade da Aroeira, temos vindo a constatar uma contínua degradação das condições de habitabilidade do espaço público no local.

Como referência podemos informar que o número de habitações no local é de cerca de 1700 famílias, para além do comércio e serviços, bem como do número considerável de visitantes/turistas que diariamente usufruem das infraestruturas desportivas do golfe e ténis. Consequentemente, a atividade económica resultante da vida quotidiana dentro da Herdade da Aroeira representa um importante contributo para o concelho de Almada.

Congratulamo-nos com esta realidade e com os números resultantes da mesma, e temos plena consciência do interesse social e económico que representa globalmente para o Município.

Contudo, desde sempre que a CMA nunca assumiu qualquer encargo com a Herdade da Aroeira e não realizou até ao momento qualquer investimento quer na manutenção das infraestruturas viárias, quer noutra tipo de infraestruturas destinadas a melhorar as condições de vida dos residentes e dos muitos visitantes e turistas. Na verdade a Herdade da Aroeira não se encontra incluída no mapa da CMA como uma zonas do concelho de Almada, tal como qualquer outra, no que respeita ao tratamento igualitário na limpeza, jardinagem e manutenção dos espaços públicos, por comparação com o restante território do Concelho.

Esta situação advém do facto da Câmara Municipal de Almada ter protocolado com o Promotor dos alvarás de loteamento da Herdade da Aroeira a responsabilidade dos referidos serviços, sem que tenha salvaguardado os meios de garantir e fiscalizar a sua efetiva prestação. Como consequência, a CMA tem-se demitido de intervir e de investir em



infraestruturas, ao mesmo tempo que parece não ter condições para zelar e garantir que a entidade em quem diz ter delegado essas responsabilidades, o faça de forma minimamente conveniente.

O serviço mínimo de manutenção e limpeza do espaço público dentro da Herdade da Aroeira é prestado por uma terceira empresa nomeada pelo Promotor, e é limitado às zonas da entrada da Herdade e a algumas (poucas) vias de maior visibilidade. Acresce dizer que, a estes serviços mínimos, que pela sua natureza seriam de responsabilidade autárquica, o Promotor acrescenta um serviço de portaria, exigindo por todo o "pacote" de serviços negligentes um pagamento mensal/anual a cada proprietário.

Não obstante toda a negligência de responsabilidades e consequente estado de degradação do espaço público, os proprietários pagam as taxas de IMI mais elevadas do Concelho, o que não será certamente pela realidade das condições existentes, mas sim, em nossa opinião, devido a uma ideia pré-concebida de "luxo" não existente, e que efetivamente carece de ser comprovada. Adicionalmente, os proprietários são ainda "obrigados" ao pagamento "duplicado" dos serviços de responsabilidade da autarquia, cobrados pela empresa que se arroga no direito de os continuar a prestar, nas condições que unilateralmente entende fazê-lo.

A APRHA, Associação de Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira, como representante da população local, tem vindo a denunciar esta situação junto dos Serviços competentes da CMA sem que até ao momento se tenha conseguido encontrar uma solução que resolva definitivamente a situação. As nossas intervenções a partir de hoje e nas próximas sessões da Assembleia Municipal visarão continuar esta ação de denúncia, inventariando e apresentando os vários problemas existentes.

Nesta primeira intervenção pretendemos trazer ao conhecimento desta Assembleia esta problemática que pensamos ser desconhecida de muitos, começando por expor um dos problemas que carece de intervenção prioritária e que tem que ver com o péssimo estado em que se encontram os seguintes locais:

- O cruzamento da Av. Do Mar com a Rua Amadeu de Sousa Cardoso tornou-se uma zona perigosa e de frequentes acidentes. Esta situação deve-se essencialmente ao aumento de tráfego "de e para" a Herdade da Aroeira, não apenas de veículos mas também de peões, sem que para estes últimos esteja salvaguardada qualquer faixa de proteção, passadeira ou outra forma de minimizar o risco de circulação em via pública.
- O acesso à entrada da Herdade é uma via com imenso tráfego, apresenta um asfalto de má qualidade, cheio de "remendos" que pioram com as chuvas e com a constante entrada e saída de veículos. Os buracos na via são permanentes e estendem-se desde a Av. Do Mar até à entrada da Herdade.
- A via principal da Herdade da Aroeira, a Av. Pinhal da Aroeira, não tem bermas e não tem espaço para trânsito de peões. Em frente da área comercial o asfalto está totalmente



degradado pelo avanço das raízes dos pinheiros, tornando perigosa a condução que se faz em zig-zag, Aliás, as bermas não existem em nenhuma das vias dentro da Herdade da Aroeira, o que se toma perigoso para a circulação dos peões em geral, e das crianças em particular. Esta perigosidade é de maior relevo tendo em conta que o local é por natureza definido como sendo um local público de passeio e veraneio.

- O estacionamento de veículos junto desta zona comercial faz-se de forma selvática, recorrentemente em segunda fila, Há falta de lugares de estacionamento, e os existentes também estão degradados e carecem de intervenção urgente por representarem um perigo para os carros e para os peões que os atravessam.
- Existem ruas e arruamentos dentro da Herdade, que se podem descrever como caminhos de azinhaga. Não têm asfalto, são irregulares e cheios de buracos. A intervenção urgente na requalificação destas ruas é um assunto já assumido pela CMA desde há muito tempo, faltando apenas a decisão para o início da empreitada. Cumpre-nos aqui também não deixar de relembrar este compromisso já assumido pela autarquia, o qual deverá ter em 2016 a sua primeira fase concluída.

Face ao acima exposto, ficamos a aguardar uma resposta da Câmara Municipal para os problemas apresentados, detalhando prazos e formas de intervenção e resolução.

Terminaremos dizendo que a APRHA é uma Associação sem fins lucrativos, e cujo projeto anunciado em Janeiro de 2015 a todos os proprietários e residentes, passa pela sua identificação clara como uma entidade que pretende contribuir para a solução dos problemas existentes na Herdade da Aroeira, assumindo-se num futuro próximo como parceiro da CMA na procura duma solução definitiva, nomeadamente substituindo-se à SILGolf (atual empresa nomeada unilateralmente pelo Promotor como prestadora de serviços dentro da Herdade), na gestão eficaz dos serviços na Herdade da Aroeira, com reconhecido valor acrescentado para todos os proprietários e residentes.”

6.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação ao Sr. Francisco Miguel Sequeira Penha, tenho conhecimento de que houve um pedido de cedência de terreno camarário. Há vários pedidos de cedência de terrenos camarários, como imagina, para as mais diversas situações. Temos uma situação a resolver com a CURPIC, que é uma situação que se arrasta há já bastantes anos e outros de vária natureza, também com os Canários. Também com instituições de caráter social em várias zonas do Concelho, na medida em que nos vai sendo possível encontrar terrenos disponíveis e tendo em conta os fins e o mérito das instituições e a sua sustentabilidade, a sua credibilidade, vamos procurando disponibilizar apoios, sabendo naturalmente que se trata de



um bem público e que isso tem que ser devidamente escrutinado como se deve imaginar. A cedência não é propriamente, nós não somos donos do terreno, os donos do terreno são os munícipes de Almada e as cedências terão que ser feitas de acordo também com o interesse público que se revele e a sustentabilidade dos projetos. Dizendo isto que nem sempre se acerta. Ao fim destes anos tem havido as mais diversas experiências, mas no essencial tem-se conseguido acertar e tem-se feito um trabalho pensamos que meritório na cedência de muitos e muitos espaços para uma rede de instituições de solidariedade social que no contexto de crise gravíssima que o País tem atravessado será sempre insuficiente, mas que também reflete um esforço, uma compreensão, uma generosidade natural dos almadenses nessa matéria.

Que quando houver a oportunidade e a ocasião naturalmente que esse pedido, como outros, serão devidamente considerados e ponderados.

Em relação às questões da Herdade da Aroeira e zona envolvente. Dizer que houve algumas reuniões dos nossos serviços do urbanismo com a Comissão de Moradores, não sei se já foi feita alguma em que a Sr.^a tivesse estado presente. Hoje a Sr.^a Vereadora não está, mas eu responsabilizo-me para junto dela esclarecer qual é a situação, que como sabe é uma situação complexa. A Herdade a qual se procurou encontrar soluções, houve um Acordo ou um Protocolo em determinada altura para que alguma coisa se pudesse ir resolvendo, tendo em conta a multiplicidade de interesses que ali estavam presentes. Não é um assunto que esteja esquecido, mas naturalmente procurarei esclarecer exatamente o que se passa, saber em que pé é que estão neste momento os contatos entre os nossos serviços e a Comissão de Moradores, como já disse. Pelo menos o ano passado houve reuniões entre a Câmara Municipal, serviços da Câmara e os representantes dos moradores da Aroeira, não sei se são os mesmos, mas isso não lhe posso dizer.

É o que lhe posso dizer neste momento.”

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.1 - Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais José Joaquim Leitão (apresentando Voto de Pesar por José João Abrantes), Maria d’Assis (apresentando Voto de Pesar por Leite Couto), Pedro Matias (apresentando Voto de Pesar por Orlando Avelar).

7.1.1 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar Pelo falecimento do Cidadão José João Abrantes

José João de Almeida Abrantes foi um cidadão exemplar, um profissional competente e um defensor entusiasta da freguesia onde viveu, a Sobreda de Caparica.

Amava a sua freguesia e o seu Concelho e distinguiu-se por ser uma pessoa amiga de todos.



Foi membro da Assembleia de Freguesia da Sobreda e, atualmente, era membro da Assembleia da União de Freguesias da Charneca de Caparica/Sobreda.

Amigo, cidadão e autarca sempre disponível, contribuiu na sua relação com os outros para a afirmação dos princípios de justiça e tolerância.

Neste momento de pesar a Assembleia Municipal de Almada, reunida 27 de abril de 2016, presta justa homenagem ao distinto munícipe e apresenta as suas mais sentidas condolências aos amigos e à família enlutada.”

7.1.2 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria D'Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar Pelo falecimento do Cidadão Leite Couto

António Bragança Leite Couto nasceu no dia 18 de julho de 1938, em Meinedo, freguesia de Lousada.

Muito jovem, apenas com 17 anos, ruma a Lisboa e posteriormente para Almada para trabalhar e continuar os seus estudos nomeadamente na Escola Industrial e Comercial Emídio Navarro. Viria então a casar em 1963, tendo tido quatro filhos.

À sua atividade profissional, sempre aliou a sua paixão pela lavoura, primeiro na Quinta de Miguel José em Pêra, depois na Quinta do Montinhoso, no Monte de Caparica.

No entanto, a participação cívica e política sempre foram uma constante na sua vida.

Depois do 25 de Abril de 1974, o seu empenhamento esteve no MDP/CDE, nomeadamente no que diz respeito ao poder local e organização popular.

Surgiu, entretanto, na génese da Comissão de Trabalhadores da AGPL, associando-se ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações e Juntas Portuárias.

Em 1985, foi eleito para a Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade. Em 1989, integrou a Junta de Freguesia de Caparica, eleito pelo Partido Socialista.

Em 1991, colaborou na Fundação da Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta, passando a estar associado às atividades que visavam apoiar os doentes mais carenciados e assegurar proteção a grupos mais vulneráveis, jovens deficientes e idosos.

Em 1992, iniciou a sua colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Almada dedicando-se à 3ª idade e à infância.

Em 1994, foi responsável pelos cursos de alfabetização na freguesia de Caparica sob orientação da Direção Regional da Educação de Lisboa.

Participou também por várias vezes na direção do Monte de Caparica Atlético Clube.

Mais tarde, integrou a Direção da Cooperativa Agrícola de Almada e Seixal (em prol do desenvolvimento agrícola e da segurança alimentar, da formação na gestão de recursos naturais, acesso à informação, tecnologia, inovação e serviços de extensão agrária).

No dia 15 de março de 2016 faleceu após uma longa luta, deixando a Caparica e o Concelho de Almada mais pobres.



Neste momento de pesar, a Assembleia Municipal de Almada, reunida 27 de abril de 2016, presta justa homenagem ao distinto munícipe e apresenta as suas mais sentidas condolências aos seus amigos e à família enlutada.”

7.1.3 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar Pelo falecimento do Cidadão Orlando Avelar

Faleceu recentemente Orlando Avelar.

Nascido em Almada em 1921, foi um dos mais notáveis desportistas almadenses da sua geração, na qual se incluíam Romeu Correia, Francisco Bastos, António Calado, Sérgio Malpique, Francisco Avelar e Ramiro Ferrão, entre outros.

Filho de João Avelar, um dos cinco irmãos Avelar recordados no futebol almadense, foi também o introdutor do cinema no concelho de Almada.

Iniciou a sua atividade desportiva como praticante de atletismo, representando o União Almadense em 1938, tendo depois representado o Sporting.

Praticou ainda o lançamento do disco, dardo e peso, o salto à vara e a corrida de estafetas;

Em 1947 praticou basquetebol, representando o Ginásio Clube do Sul;

Distinguiu-se sobretudo no Andebol onde, além de representar o Almada, também representou a seleção Lisboa e a seleção nacional. Ao serviço do Almada, orgulhava-se das três vitórias sobre o FC do Porto, das seis sobre o Sporting e daquilo que dizia ser um número incontável sobre o Benfica;

Em 1953 despediu-se da sua atividade como praticante, tendo sido homenageado pelo Almada, mesmo assim continuou a treinar os jovens de equipas do concelho até emigrar para os Estados Unidos em 1957.

Viveu nos Estados Unidos até ao final dos anos 80, tendo então regressado a Almada.

Neste momento de pesar a Assembleia Municipal de Almada, reunida 27 de abril de 2016, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Orlando Avelar, enviando à família, amigos e ao Almada Atlético Clube as suas condolências.”

7.2 - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.

7.2.1 - O Voto de Pesar por José João Abrantes, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, foi aprovado por unanimidade.

7.2.2 - O Voto de Pesar por Leite Couto, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Maria d’Assis, foi aprovado por unanimidade.

7.2.3 - O Voto de Pesar por Orlando Avelar, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Matias, foi aprovado por unanimidade.

7.2.4 - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.



7.3 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: Paulo Sabino (apresentando uma Moção/Deliberação sobre Polo Universitário de Almada - Impactos e investimentos regionais); Nuno Gonçalves (apresentando uma Moção/Deliberação sobre 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador); Pedro Oliveira (apresentando Moção/Saudação ao 40º Aniversário da Aprovação da Constituição da República Portuguesa; Moção/Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio); Carlos Guedes (apresentando Voto de Solidariedade Luaty Beirão; Moção/Deliberação Pela reposição da travessia fluvial de veículos entre a margem norte e a margem sul do rio Tejo; Moção/Deliberação Serviço Público na Trafaria é Urgente!); Alexandra Correia (apresentando uma Moção/Recomendação Pelo abandono do uso de Glifosato na Cidade de Almada); Luís Palma - Presidente da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (apresentando uma Moção/Saudação sobre o investimento em Equipamentos Informáticos nas Escolas Básicas do 1º Ciclo e Jardins de Infância da rede pública); João Geraldês (apresentando uma Moção/Deliberação SMAS de Almada investem 14,25 milhões de euros em Infraestruturas); Luísa Ramos (apresentando uma Moção/Deliberação Por um transporte fluvial público e de qualidade); Luís Palma - Presidente da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (apresentando uma Moção/Deliberação Pela reposição das Freguesias do Concelho de Almada); João Geraldês (apresentando uma Moção/Saudação Sobre a Conferência sobre Alterações Climáticas e Plataforma Local Almada Clima); Nuno Avelar Pinheiro (apresentando uma Moção/Deliberação Sobre o Transporte Fluvial pela Transtejo); António Pedro Maco (apresentando uma Moção/Deliberação Pela substituição da cobertura do Terminal Fluvial de Cacilhas).

7.3.1 - O Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Pólo universitário de Almada - Impactos e investimentos regionais
No distrito de Setúbal, em resultado de processos históricos marcantes e da reconversão deficitária do seu tecido empresarial - a qual justifica níveis de modernização em carência de melhoria acentuada -, denotam-se o envelhecimento populacional e a fixação de populações suburbanas à região norte do Tejo, destacando-se, assim, os movimentos pendulares em direção à cidade de Lisboa.

Almada constitui-se como um aglomerado populacional de densidade significativa, apresentando, também, e dada, em grande medida, a sua relação próxima com a capital, capacidades de poder de compra, em índice *per capita*, marcadamente superiores aos valores médios da Península de Setúbal. Ainda assim, e embora as potencialidades inerentes às ditas dinâmicas demográficas e económicas, o foco de maior realce deverão ser as infraestruturas e competências já instaladas e respeitantes às matérias educativas, constituindo-se este



concelho como um dos mais relevantes polos estudantis de carácter universitário do território nacional, o qual deverá ser alvo de renovada aposta local, visando o aproveitamento do conhecimento gerado e do seu potencial para criar riqueza na região.

Deste modo, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 27 de abril de 2016:

- I. Reafirma a expressão e relevância da capacidade já instalada no concelho de Almada, sem expressão em outros territórios do distrito, bem como a existência de condições de partida favoráveis à necessária modernização da economia local;
- II. Considera crucial pugnar pelo estabelecimento de acordos de parceria intermunicipal focados no investimento no polo universitário de Almada e na sua aptidão para gerar riqueza na região;
- III. Neste sentido, recomenda ao Executivo Camarário que encete esforços no sentido de garantir tal solidariedade intermunicipal, procurando, assim, contornar algumas das condicionalidades aos investimentos necessários a um crescimento que beneficiará toda a Península;
- IV. Reitera, pois, que a aposta no provisionamento do parque universitário de Almada com as circunstâncias necessárias ao impulsionamento da atividade empresarial particular deverá ser matéria de interesse regional, garantindo-se, assim, a amplitude e diversidade de origem das fontes de financiamento.”

7.3.2 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Gonçalves (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador)

A Associação Internacional dos Trabalhadores, (AIT), fundada em 1864 em Londres, lança a reivindicação das 8 horas de trabalho. Nessa época trabalhavam-se 10, 12, 14 e mais horas. A reivindicação das oito horas espalhou-se e ganhou a adesão por todo o mundo, em especial no operariado dos EUA e Canadá, que avançou para grandes lutas, que o patronato respondeu com violenta repressão.

Em Chicago, nos primeiros dias de Maio de 1886, milhares de trabalhadores manifestaram-se nas ruas, exigindo as oito horas. A polícia organizou uma provocação, desencadeando uma violenta repressão sobre os manifestantes.

Os ativistas do movimento dos trabalhadores foram presos e levados a julgamento, num processo manipulado, que conduziu à condenação e enforcamento de quatro dirigentes.

Os acontecimentos de Chicago, gerou movimentos de denúncia e solidariedade que obrigaram o Governador do Estado de Ilinóis a promover um inquérito que concluiu terem sido o patronato e a polícia a organizar as provocações, ilibando os dirigentes e os trabalhadores.

Para alguns tardiamente, porque já tinham sido assassinados.



Os acontecimentos de Chicago tiveram grande repercussão mundial. Os Congressos operários reunidos em Paris decidiram apelar à comemoração mundial do 1.º de Maio em 1890.

Poucos anos depois, o 1.º de Maio é declarado feriado em vários países.

Em Portugal este dia - o 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador - foi dia de muitas lutas durante o fascismo, e em 1974 foi dia de consagração da Liberdade conquistada.

A Revolução de Abril, sendo a resposta do povo português à ditadura fascista teve no grandioso 1.º de Maio de 1974 uma grande ação de massas com o objetivo de aprofundar as transformações políticas e sociais e ligou o projeto libertador ao da emancipação social e política dos trabalhadores e do povo.

Passados 42 anos daquele imenso 1.º de Maio que transbordou de gente, de confiança e de desejo dum futuro melhor, os trabalhadores e o povo reclamam a necessidade de que seja cumprido Abril, num tempo que é hoje simultaneamente de luta e confiança num futuro melhor.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 27, 28 e 29 de Abril de 2016, delibera:

1. Reafirmar os valores e objetivos de Abril de luta pela paz, pelo pão, pela saúde, pela educação, pela habitação, pelo trabalho, pelos direitos e pela dignidade dos trabalhadores e do povo português;
2. Apelar à convergência e à unidade de todos os que se identificam com os valores de Abril, em defesa da Constituição da República Portuguesa;
3. Apelar à participação de todos os trabalhadores, reformados e pensionistas, estudantes, jovens, homens e mulheres, na grandiosa jornada de luta que será o 1.º de Maio;

Em Maio vamos afirmar Abril!!”

7.3.3 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.3.1 - Moção Saudação ao 40º Aniversário da Aprovação da Constituição da República Portuguesa

No passado dia 2 de Abril completaram-se 40 anos da data em que os deputados constituintes, na sequência das primeiras eleições livres realizadas após o 25 de Abril de 1974, aprovaram a Constituição da República Portuguesa (CRP).

A CRP é assim filha do 25 de Abril de 1974, de uma revolução que pôs fim ao colonialismo e à ditadura fascista e é o reflexo da relação de forças e de um país que clamava pelo direito ao pão, trabalho, habitação, saúde, segurança, liberdade.

Nos Princípios Fundamentais a CRP assegura no Art.º 1.º que Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária. No Art.º 7.º Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e



exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político--militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos e reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão.

Ao longo do texto da CRP, estão consagrados princípios da independência nacional, do respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

No que se refere aos Direitos e Deveres Fundamentais, a CRP consagra que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Ao longo dos últimos anos, o Tribunal Constitucional foi chamada a pronunciar-se, inúmeras vezes, sobre decisões do governo anterior da responsabilidade do PSD e CDS, com uma política destruidora dos direitos, liberdades e garantias contra a CRP e que assim penalizavam a maioria das famílias portuguesas.

Foram muitas as decisões do Tribunal Constitucional que vieram por cobro a essas decisões que mereciam a firme oposição de muitos milhares de portuguesas e portugueses que nunca deixaram de lutar, das mais diversas formas, para impedir a concretização de objetivos que contribuía para o empobrecimento e agravamento das suas condições de vida.

É mais feliz o momento em que celebramos hoje o 40º Aniversário da aprovação da CRP, retomando a estabilidade constitucional, após 4 anos em que o governo da direita tudo fez para atacar o documento fundamental da nossa democracia.

Passados 40 anos da aprovação da CRP, o melhor contributo que podemos ter para a sua celebração é tudo fazer para a aplicar.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 27 de Abril de 2016, delibera:

- Saudar o 40º. Aniversário da Constituição da República Portuguesa;
- Exortar à luta pela sua aplicação em defesa dos direitos, liberdades e garantias, condição indispensável para um país com paz, pão, habitação, saúde, educação, liberdade, justiça e democracia.”

7.3.3.2 - Moção Saudação Ao 25 de Abril e ao 1º de Maio



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Passados poucos dias da comemoração do 42º Aniversário do 25 de Abril, relembramos uma data memorável em que os corações e os pensamentos de milhões de portuguesas e portugueses acreditaram que seria possível atingir direitos que jamais tinham sido alcançados. Um longo período de quase 50 anos onde imperou a miséria, o obscurantismo, a desigualdade, a prepotência, as prisões arbitrárias e o medo, foi derrotado pela coragem, determinação, inteligência e vigor dos militares do Movimento das Forças Armadas que contaram com o apoio incondicional de amplos sectores da população que ao invés de ficarem em casa, saíram à rua para derrubar o regime fascista. Muitos e muitas foram também aqueles e aquelas que resistiram, das mais diversas formas, durante o longo período negro da história do século XX. A todos devemos uma justa homenagem.

Na comemoração do 42º Aniversário do 25 de Abril, não podemos deixar de realçar as condições políticas diferentes que enfrentamos em 2016 pois existem alternativas democráticas para reverter o ciclo da austeridade de que fomos vítimas durante os últimos anos.

A degradação da situação social provocada pelo corte nos salários e nas pensões assim como nos apoios sociais (RSI, CSI, abono de família, subsídio de doença, ação social escolar, apoios à infância) levada a efeito pelo anterior governo, assim como os ataques e roubos nos salários e subsídios, pensões congeladas e cortes nos subsídios de férias e de Natal, conduziu ao empobrecimento da maioria das famílias portuguesas.

O caminho de reversão e de reposição de salários e pensões foi iniciado há poucos meses e embora se reflita ainda de forma ténue, representa o respeito por vidas inteiras de trabalho. Este caminho deve ser prosseguido, enfrentando a chantagem dos mercados financeiros e de todos aqueles que dificultam e criam obstáculos, das mais diversas formas, à defesa da segurança social pública e à reposição de direitos, liberdades e garantias e ao investimento decisivo na Educação e na Escola Pública. Esta continua a ser uma questão urgente tendo em consideração que os níveis de escolaridade registados em Portugal ficam ainda muito aquém do que se espera numa democracia, no respeito da Constituição da República Portuguesa.

Percebe-se cada vez melhor o nervosismo da direita. Existem condições democráticas em 2016 para continuar a inverter o longo período de ataques à democracia social, económica e cultural. A vontade de por fim à agressão aos mais pobres e à classe média tem que ter, obrigatoriamente, medidas concretas que alterem e revertam as decisões que penalizaram a maioria dos portugueses e das portuguesas.

Celebrar o 1º de Maio significa criar condições para o combate ao desemprego e à precariedade assim como para a reposição de salários e subsídios retirados nos últimos anos. O combate à precariedade, a vinculação dos trabalhadores precários no Estado, a redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais nos setores público e privado, assim como a urgente necessidade de reverter a erosão dos princípios básicos da relação entre



trabalhadores e patrões realizada nos últimos anos e expressas no atual Código do Trabalho, são entre outras reivindicações dos trabalhadores, um justo caminho para a continuação da luta.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 27 de Abril de 2016, delibera:

- Saudar o 25 de Abril de 1974 e os direitos, liberdades e garantias consignados na Constituição da República Portuguesa;
- Saudar o 1º de Maio em defesa do direito ao trabalho e de condições de vida com dignidade;
- Saudar a continuação da luta das portuguesas e portugueses e exortar à participação dos cidadãos do Concelho de Almada nas comemorações do 1º de Maio por um futuro com liberdade, pão, paz, habitação, saúde, educação e justiça.”

7.3.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.4.1 - Voto de Solidariedade

O processo contra Luaty Beirão e restantes ativistas angolanos (17 no total) foi concluído no dia 28 de Março de 2016. Todos tiveram sentenças entre os 2 e os 8 anos de prisão.

Os ativistas foram condenados por terem participado e promovido uma leitura coletiva do livro “Da Ditadura à Democracia”. Ou seja, por exercerem direitos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem: “toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião”.

Illegalmente detidos, abusivamente tratados e com os seus direitos restringidos, os ativistas levaram a cabo uma greve da fome para chamar a atenção para a injustiça de que estavam a ser vítimas.

A Amnistia Internacional pronunciou-se publicamente em defesa dos ativistas, alegando que estavam “pacificamente reunidos para discutir preocupações de política e governação sob a liderança do Presidente José Eduardo dos Santos, que está no poder há 36 anos”. Existiu também uma campanha internacional apelando para a defesa da liberdade de expressão e defendendo a libertação dos ativistas. Contudo, o regime político angolano não se inibiu de levar por diante a encenação judicial e concluir com penas de prisão todo um processo que violou recorrente e deliberadamente a própria lei angolana e o direito internacional.

Nenhuma lógica, seja comercial, financeira, política ou outra, pode justificar o silêncio dos democratas sobre violações de direitos humanos básicos como o que se registou com esta punição dos ativistas angolanos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 27 de abril de 2016, delibera:



- Prestar solidariedade aos ativistas políticos angolanos, repudiando o processo judicial e os atropelos aos direitos humanos e apelar à sua libertação.”

7.3.4.2 - Moção Deliberação Pela reposição da travessia fluvial de veículos entre a margem norte e a margem sul do rio Tejo

Durante décadas a travessia fluvial para veículos e pessoas entre a margem norte e a margem sul do Tejo, funcionou entre Cacilhas e o Cais do Sodré com bastante regularidade e fiabilidade, constituindo-se como uma efetiva alternativa à travessia pela Ponte 25 de Abril para milhares de cidadãos para o tráfego entre ambas as margens do rio Tejo.

Em 26 de Abril de 2014, contra a vontade das autarquias e das populações, especialmente da margem sul, o serviço de transportes para veículos, prestado pela Transtejo foi transferido para o corredor Trafaria-Belém. “Com o mote mudar a rota, abrir novos caminhos”, a Administração do Grupo TRANSTEJO, ancorado pelo anterior governo do PSD/CDS, invocou como justificação “responder de forma abrangente às necessidades de acessibilidade entre as duas margens do Tejo contribuindo igualmente para a melhoria da distribuição do tráfego da cidade (...) descongestionando os centros urbanos e históricos de Almada e Lisboa”, visando uma melhor distribuição do tráfego entre as margens do Tejo e através de um corredor de ligação menos utilizado.

Como se sabe, aquela decisão mereceu a saudação da Assembleia Municipal de Almada em Sessão Ordinária, realizada em 28 de Abril de 2014, pela possibilidade da população da freguesia da Trafaria e outras freguesias virem a beneficiar do atravessamento de veículos ao mesmo tempo que era recomendado à Administração da Transtejo a reposição do transporte no percurso Cacilhas-Cais do Sodré.

Está ainda por fazer a avaliação desta mudança e por saber se, no saldo final do volume total das travessias que existiam antes e depois das mudanças, houve um aumento ou redução do número de utilizadores para se perceber quem ganhou e quem perdeu com a mudança.

Mas seja como for, o que verdadeiramente se afigura inadmissível é que, desde o passado dia 4 de Março, o número de travessias começou por ser reduzido parcialmente em alguns horários, alegando-se “trabalhos de manutenção” e, inesperadamente, desde o passado dia 18 de Março, o serviço do transporte de veículos foi mesmo “suspensado temporariamente”.

Para além do carácter inusitado da situação, o facto é ainda mais estranho quando se sabe que todas as embarcações para este serviço (3 ferries) se encontram, em simultâneo, imobilizadas e em reparação.

Quando é que o serviço será repostado? Nenhuma informação é adiantada na página oficial da empresa, o que configura uma clara violação contratual da concessão, bem como uma gravíssima violação da obrigação de transportar e do dever da informação dos utilizadores do transporte público, em particular, dos utentes frequentes deste modo de transporte.



Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária de 27 de Abril de 2016, delibera:

- Exigir à Administração da Transtejo a imediata reposição do serviço fluvial de veículos entre a Trafaria e Belém e apelar à manutenção deste serviço entre Cacilhas e Cais do Sodré, condições indispensáveis para terminarem os graves prejuízos que a situação acarreta para as populações e para a atividade económica do Concelho de Almada.”

7.3.4.3 - Moção/Deliberação Trafaria é Urgente!

A população da Trafaria, principalmente a mais idosa, tem visto a sua vida complicar-se nos últimos anos.

Uma freguesia com cerca de 6000 habitantes tem sido prejudicada e esquecida de forma grave e injustificada.

Foi encerrado o posto dos CTT e se não houvesse o empenhamento determinado da Junta de Freguesias para assegurar o serviço nas suas instalações e com um funcionário a tempo inteiro, a situação teria sido muito pior.

Foi encerrado o Centro de Saúde obrigando assim os moradores da Trafaria, Corvina, Pera e Cova do Vapor, a deslocarem-se ao Centro de Saúde da Costa da Caparica, com inevitáveis transtornos devido à falta de transportes e ao isolamento a que estão sujeitos e às despesas que assim ficam obrigados a fazer.

No passado dia 20 de Abril foi retirada a caixa multibanco da CGD (ato da responsabilidade desta instituição), a única com possibilidade para utilizar cadernetas e que era a única alternativa existente na Trafaria.

Isto é inadmissível e a Caixa Geral de Depósitos não pode atuar desta forma!

O respeito pela população da Trafaria é uma exigência e assim a reposição dos serviços deverá ser realizada de imediato!

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 27 de Abril de 2017, delibera:

- Manifestar o seu apoio às diligências já realizadas quer pelo Executivo da Junta de Freguesias de Caparica e Trafaria quer pelo Padre da Paróquia de S. Pedro da Trafaria, exigindo a reposição do serviço de acordo com o funcionamento existente à data de 19 de Abril de 2016.”

7.3.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Recomendação Pelo abandono do uso de Glifosato na Cidade de Almada

A crescente necessidade de utilização de herbicidas de síntese e os atuais avanços da ciência têm levado diversas entidades, com competências de gestão do espaço público, a equacionar a opção do uso de métodos alternativos de controlo de infestantes, sem efeitos nocivos para o ambiente a saúde humana e animal.



Considerando que:

- Na Europa, o tipo de pesticida mais vulgarmente detetado na água (subterrânea, rios e lagos) é o dos herbicidas. Os herbicidas, para além da sua toxicidade, têm diversos outros efeitos negativos, destacando-se a diminuição da biodiversidade do solo, diminuindo significativamente a atividade de bactérias e fungos benéficos ao desenvolvimento das plantas;
- glifosato, substância ativa do herbicida utilizado pela Câmara Municipal de Almada no controlo de infestantes anuais e vivazes, tem sido amplamente pesquisado. De acordo com alguns estudos (Finlay D. Dick et al., 2007), apresenta riscos para a saúde, tais como cancro e doença de Parkinson. Afeta os animais, contamina o solo, as águas (incluindo a água de abastecimento público) e os alimentos;
- Novas evidências científicas revelam que a avaliação toxicológica do glifosato e dos seus adjuvantes foi subavaliada pelas autoridades oficiais, estimando-se que a sua utilização venha a ser revista;
- A iniciativa desenvolvida pela Quercus e Plataforma Transgénicos Fora (PTF) que pedem às Autarquias do país que adiram à iniciativa "Autarquias Sem Glifosato", através de um manifesto de adesão, sendo, posteriormente, divulgados publicamente, os executivos que se comprometem a deixar de aplicar herbicidas químicos no controlo de plantas no espaço público sob sua gestão.
- O controlo de plantas infestantes recorrendo ao uso de herbicidas de síntese é uma prática corrente entre as autarquias em Portugal, nomeadamente pelo Município de Almada, pese embora, todas as medidas de prevenção, minimização e cumprimento legal levadas a cabo pelos serviços da CMA, o Partido Pessoas - Animais - Natureza propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere recomendar à CMA o seguinte:

Propostas

- 1) Nos casos em que se justifique o controlo de plantas infestante propõe-se a, utilização de métodos não químicos designadamente através da adoção gradual de meios de combate manuais, mecânicos e biológicos e/ou produtos com o menor risco para a saúde humana e animal e o ambiente;
- 2) A possibilidade de vir a ser equacionada a definição de um calendário, por parte da CMA, de forma a que progressivamente seja possível abandonar por completo o uso de herbicidas de síntese no controlo de plantas infestantes nos espaços públicos, utilizando exclusivamente outros métodos, como os métodos manuais, mecânicos, biológicos e/ou métodos térmicos, à semelhança do que já acontece em algumas cidades da Europa, como é o caso de Nice, em França ("Campanha zero pesticidas");
- 3) Proceder à elaboração de Planos de Ação Municipais, semelhantes aos Planos de Ação Nacionais (PAN) de modo a reduzir os riscos e os efeitos da utilização de produtos



fitofarmacêuticos na saúde humana, nos animais não humanos e no ambiente, e promovam iniciativas que visam fomentar o desenvolvimento de proteção integrada e de abordagens ou técnicas alternativas destinadas a reduzir a dependência da utilização de produtos fitofarmacêuticos, dando prioridade sempre que possível a métodos não químicos, tal como referido na Lei no 26/2013, de 11 de abril.”

7.3.6 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação Sobre o investimento em equipamentos informáticos nas Escolas Básicas do 1º Ciclo e Jardins de Infância da rede pública

Apostando no ensino como um pilar estratégico do desenvolvimento local, Almada assume-se como uma cidade educadora e do conhecimento, estando o concelho dotado de uma ampla rede de estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do primeiro ciclo da rede pública, detendo a Câmara Municipal responsabilidade diretas nestes níveis de ensino assentes no diagnóstico de necessidades e prioridades dos diversos equipamentos escolares e investimentos em recursos educativos.

Nesse sentido, a Câmara Municipal de Almada entregou 248 computadores a 39 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-Infância da rede pública do concelho de Almada. Destes 248 computadores entregues, 37 são portáteis, o que permite a sua utilização em diferentes espaços das escolas. Refira-se que estes equipamentos beneficiam cerca de 7.800 alunos do pré-escolar e primeiro ciclo, proporcionando assim dotar cada uma das salas de pelo menos um computador, aumentar o número de recursos informáticos nas bibliotecas escolares e permitir aos professores que não possuem bibliotecas escolares no seu estabelecimento de ensino a utilização de computador portátil noutros espaços.

Num investimento global de cerca de 180 mil euros, esta medida no acesso às tecnologias de informação e comunicação das Escolas Básicas do 1º Ciclo e Jardins de Infância da rede pública reforça outras anteriormente adotadas ao nível da disponibilização de computadores, de vídeo-projetores, de equipamentos multifunções e acesso *wireless* à internet.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2016, delibera:

1. Reconhecer o investimento realizado pela Câmara Municipal de Almada no reforço dos equipamentos informáticos como suporte e recurso educativo das escolas ao serviço de alunos, professores e educadores.
2. Saudar a Câmara Municipal de Almada pelas medidas adotadas na acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação nas escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância da rede pública.”

7.3.7 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação SMAS de Almada investem 14,25 milhões de euros em Infraestruturas. Nos seus 65 anos de vida, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS) concluíram ou têm em fase muito adiantada de execução, um conjunto de obras em infraestruturas de água e saneamento, que correspondem a um investimento global de 14,25 milhões de euros na melhoria da qualidade e do serviço prestado às populações.

No passado dia 4 de Abril, os SMAS colocaram em funcionamento, ao serviço dos Almadenses, três novas infraestruturas de águas residuais do Município: a Estação Elevatória de Águas Residuais do Raposo, a Estação Elevatória de Águas Residuais e Emissário do Torrão e a Estação Elevatória de Águas Residuais e respetivo Emissário da Foz do Rego.

Incluídas no Programa Operacional Temático de Valorização do Território, estas três infraestruturas representaram um investimento de 2,82 milhões de euros, dos quais cerca de 880 mil euros do orçamento municipal e 1,94 milhões de euros correspondentes a comparticipação Comunitária.

A reabilitação e requalificação das infraestruturas de saneamento de águas residuais, melhorando o seu desempenho hidráulico, ambiental, de salubridade e de saúde, e adequando os sistemas às novas necessidades decorrentes da evolução populacional e alterações ao ordenamento do território, foram os objetivos das intervenções concretizadas.

Os equipamentos que entram agora em funcionamento assumem particular relevância no que respeita à eficácia da resposta do sistema municipal de saneamento no seu conjunto, salientando-se a importância da atividade desenvolvida pelos SMAS tanto ao nível da prestação de um serviço de excelência no que respeita à qualidade da água distribuída, como ao nível da qualidade da água residual devolvida ao meio natural após recolha e o tratamento.

Os SMAS de Almada têm igualmente em curso três outras obras de elevada importância e significado para o Sistema Municipal de Tratamento de Águas Residuais e Sistema Municipal de Abastecimento de Água para Consumo, e conseqüentemente para a qualificação da qualidade de vida da população: a Estação Elevatória de Água de Vale de Milhaços, num investimento de 398 mil euros; e a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Quinta da Bomba, num investimento de 9,884 milhões de euros; e a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Valdeão, num investimento de 1,1 milhões de euros, as quais entrarão em funcionamento até ao próximo mês de setembro.

Sobre a última obra referida, a Estação de Tratamento de Águas Residuais do Valdeão, não podemos deixar de lamentar o incompreensível e inaceitável atraso que o Governo da República revela relativamente à sua inclusão nas listas de convites do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) para efeitos de cofinanciamento comunitário, compromisso formalmente assumido em 22 de Setembro de 2015 em ofício



dirigido aos SMAS pela Diretora da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, e até ao momento não concretizado.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 27, 28 e 29 de Abril de 2016, delibera:

1. Reconhecer e sublinhar o importante esforço de investimento público em curso pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada na modernização e melhoria da qualidade, eficiência e eficácia dos sistemas de abastecimento de água de para consumo humano e de tratamento e encaminhamento de águas residuais.
2. Saudar vivamente a concretização do conjunto das seis infraestruturas que SMAS de Almada concluíram ou se aprestam para concluir, as quais representam um investimento público total de 14,25 milhões de euros, integralmente aplicados na melhoria da qualidade de vida dos Almadenses e da qualidade ambiental de todo o Estuário do Rio Tejo.
3. Apelar ao Governo da República para que, reconhecendo este importante esforço municipal na melhoria da qualidade ambiental local e global, decida com a celeridade que a situação aconselha o convite ao Município de Almada para inclusão da obra da Estação de Tratamento de Águas Residuais do Valdeão no quadro do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos tendo em vista o seu justo cofinanciamento comunitário.”

7.3.8 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Por um transporte fluvial público e de qualidade

As políticas de cortes no financiamento das empresas públicas do sector de transportes, traduzidas no desinvestimento público ao longo de vários anos, e agravadas pelo governo do PSD/CDS, estão na origem da falta de qualidade, regularidade e fiabilidade existentes na Transtejo.

Os constrangimentos impostos pelo anterior governo à contratação de trabalhadores e à sua impossibilidade de adquirirem as horas de navegação para os certificados necessários para poderem trabalhar nas várias embarcações existentes, a falta de verbas indispensáveis para a manutenção da frota com as inevitáveis avarias e a falta de certificados de navegabilidade resultaram na grave situação atualmente existente no transporte fluvial, com sucessivos cortes nas carreiras, comprometendo o serviço público necessário às populações.

A retirada do serviço de transporte de veículos a partir de Cacilhas transferindo-o para a Trafaria foi, tal como alertado pelas ORT da Transtejo e Movimento dos Utentes, uma opção política errada e comprometedora da diversificação de oferta alternativa à ponte 25 de Abril. A decisão certa seria reforçar as ligações entre os concelhos de Almada e Lisboa, acrescentando a Trafaria e não a supressão a partir de Cacilhas.



É neste quadro que se insere a suspensão das carreiras de transporte de viaturas entre a Trafaria, Porto Brandão e Belém. Aliás é bom lembrar que a extinção deste serviço estava previsto no famigerado Plano Estratégico para os Transportes, plano feito com o objetivo da privatização desta importante e necessária empresa pública que serve a ligação entre as duas margens do Tejo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em 27 de Abril de 2016 decide:

1. Reclamar do governo, de acordo com as intenções manifestada de defender o serviço público de transportes, proceda às alterações políticas necessárias e urgentes dos constrangimentos impostos à Transtejo, de modo a serem asseguradas as condições de operacionalidade da frota do transporte fluvial no Tejo, designadamente, as carreiras Trafaria, Porto Brandão Belém.
2. Solicitar ao governo que, tão breve quanto possível, reponha o serviço de transporte de viaturas em Cacilhas.”

7.3.9 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pela reposição das Freguesias do Concelho de Almada

O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a Lei nº 11-A/2013, inseriu-se num objetivo mais amplo de liquidação do poder local democrático, conquista do 25 de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa.

A pretexto do memorando de entendimento com a troika e da redução da despesa do Estado, a extinção/agregação das freguesias - à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos - inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas.

A extinção de freguesias protagonizada pelo Governo PSD/CDS-PP assenta no empobrecimento do nosso regime democrático e está envolto em falsos argumentos como a eficiência e coesão territorial. A extinção de freguesias conduziu à perda de proximidade, à redução de milhares de eleitos de freguesia e à redução da capacidade de intervenção. Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias, reduzindo ainda a participação das freguesias nos impostos diretos do Estado.

A reforma administrativa imposta pelo anterior governo, sem consideração da opinião das freguesias, das populações e da pronúncia dos órgãos autárquicos, em nada resolveu - antes



agravou - os principais problemas com que se confrontam as freguesias. Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2016, delibera:

1. Reafirmar a exigência da reposição das Freguesias no Concelho de Almada, extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos, garantindo a proximidade do Poder Local Democrático e melhores serviços públicos às populações.
2. Apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral autárquico de 2017.”

7.3.10 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação Sobre a Conferência sobre Alterações Climáticas e Plataforma Local Almada
Clima

O Município de Almada, através da sua Câmara Municipal, participou ativamente na Cimeira do Clima (COP21) realizada na capital francesa, Paris, no início do mês de Dezembro do ano passado.

O nosso Município participou, através do Presidente da Câmara Municipal, na Cimeira dos Líderes Locais, durante a qual foi aprovada por unanimidade e aclamação uma Declaração de Compromisso dos Presidentes das Câmaras Municipais e das Regiões, que incorpora um conjunto amplo de medidas que visam a mitigação e a adaptação aos efeitos das alterações climáticas no planeta.

Entre as diferentes ações que foram objeto de acordo pelos responsáveis das autoridades locais durante cimeira de Paris, destacam-se as que visam assegurar a redução de emissões de gases com efeito de estufa associadas ao uso de fontes de energia fósseis, prevendo-se a sua substituição por fontes de energia renováveis.

O compromisso assumido estabelece metas muito exigentes. Aponta para reduções de 100% das emissões de gases com efeito de estufa nas cidades, e fixa como horizontes temporais para essas exigentes metas os anos de 2030 e 2050.

Esta Declaração de Paris aprovada por todos os representantes locais e regionais presentes em Paris, foi entregue ao Presidente da Cimeira do Clima COP21 e ao Secretário-geral da Organização das Nações Unidas, e foi posteriormente apresentada aos Chefes de Governo dos 196 países que participaram na cimeira dos Estados.

Este foi um contributo positivo do Poder Local para que na fase final das negociações se tornasse possível concretizar um acordo climático universal.



Na decisão dos autarcas presentes em Paris fica muito clara e imperativa a necessidade de adoção no imediato de medidas concretas e palpáveis capazes de mobilizar e responsabilizar todos os cidadãos no combate às causas das alterações climáticas.

Esta realidade é particularmente sensível e importante nas cidades, e exige a mobilização de importantes recursos com origem nos países mais desenvolvidos em apoio aos países e populações que se encontram mais vulneráveis.

Reafirmando a disponibilidade em prosseguir e aprofundar o vasto leque de iniciativas que tem vindo a desenvolver nesta matéria, o Município de Almada assumiu naquela ocasião o compromisso de trabalhar para alcançar uma sociedade neutra em carbono até ano de 2050, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento de uma visão de compromisso global que assegure a solidariedade climática.

O Município de Almada assumiu ainda um outro compromisso: o de não deixar de pugnar pela intervenção do Governo de Portugal, dos Municípios Portugueses e da População em geral na mobilização dos recursos indispensáveis à concretização daquela ambiciosa meta.

Foi neste quadro que, assinalando o Dia da Terra, se realizou em Almada, no passado dia 22 de Abril, uma importante Conferência sobre Alterações Climáticas - Roteiro Local para as Alterações Climáticas: o acordo de Paris na ação local -, que concretizou uma ação de divulgação e partilha com outros municípios, universidades, instituições públicas e empresas, dos resultados alcançados na COP21, e a forma como o Acordo Climático de Paris se poderá refletir na intervenção municipal no domínio das alterações climáticas.

Durante esta conferência, que coincidiu na data com a assinatura formal pelos Governos Nacionais em Nova Iorque, do compromisso internacional firmado em Paris, foi apresentada a Plataforma Local Almada Clima (PLAC).

Congregando um conjunto de atores locais em torno do compromisso coletivo de redução das emissões de gases de efeito de estufa no concelho, de acordo com o compromisso assumido pelo Município e perante a comunidade internacional presente em Paris, esta Plataforma é uma união voluntária de parceiros interessados em discutir, partilhar e divulgar informação e conhecimento em apoio às ações locais que permitam transformar Almada num território pós-carbono e resiliente.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 27, 28 e 29 de Abril de 2016, delibera:

1. Saudar vivamente o vasto conjunto de contributos ativos que o Município de Almada, em articulação e colaboração com dezenas de organizações e instituições nacionais e estrangeiras no domínio da preservação do Ambiente, em particular no domínio das alterações climáticas, vem dando de forma consequente e coerente no combate a nível local aos efeitos profundamente agressivos e negativos que tais alterações representam para o equilíbrio, e a própria sobrevivência, de todas as formas de vida no nosso Planeta.



2. Saudar a participação de Almada na Cimeira do Clima - COP 21, realizada em Dezembro em Paris, onde apresentou perante a comunidade internacional presente, dois projetos de grande significado e importância neste domínio em desenvolvimento em Almada: o projeto ReDuna e a recuperação do sistema ecológico da Ribeira da Foz do Rego associada às Hortas Urbanas Municipais na Quinta do Texugo.
3. Saudar em particular a realização da Conferência Alterações Climáticas - Roteiro Local para as Alterações Climáticas: o acordo de Paris na ação local, realizada na Costa da Caparica no passado dia 22 de Abril, a qual traduz a grande disponibilidade e o grande empenho do Município de Almada, não apenas em concretizar intervenções concretas de mitigação e reparação de danos, mas igualmente mobilizar e congregar vontades e disponibilidades de outros Municípios e entidades no esforço coletivo de combate aos efeitos das alterações climática, de que a constituição e dinamização da Plataforma Local Almada Clima é exemplo paradigmático.”

7.3.11 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ao longo de mais de 100 anos o transporte regular de passageiros e viaturas entre Cacilhas, Trafaria, Porto Brandão e Lisboa tem sido fundamental para o concelho de Almada. Sem este transporte, e muito especialmente antes da existência da Ponte sobre o Tejo, Almada não poderia ter tido o crescimento que teve ao longo do século XX;

Existindo hoje outras alternativas de transporte rodoviário e ferroviário na Ponte 25 de Abril, este meio de transporte continua a ser utilizado por milhares de pessoas diariamente, tendo vindo a travessia do Tejo a tornar-se num percurso turístico relevante.

Apesar de também se assegurar a travessia do Tejo noutros concelhos, estas embarcações são popularmente conhecidas como Cacilheiros e têm uma importância simbólica não só no nosso concelho mas também na Grande Lisboa e até no país;

Os serviços da Transtejo têm vindo, de há alguns anos para cá, a diminuir em qualidade e frequência. Esta situação agravou-se com os governos de Passos Coelho que primeiro tentaram suprimir a carreira da Trafaria-Porto Brandão-Belém e acabaram por suprimir o transporte de viaturas entre Cacilhas e o Cais do Sodré:

Também foi notória a diminuição de frequência de carreiras e o encurtamento de horários;

Tal como em outras empresas de transportes coletivos, a política seguida foi permitir a degradação dos equipamentos para que fosse mais fácil privatizar;

Na Transtejo essa degradação foi notória na falta de manutenção da frota que levou recentemente à suspensão do transporte de viaturas na carreira Trafaria/Porto Brandão Belém além de perturbações na carreira Cacilhas-Cais do Sodré, em que chegou a haver intervalos de 20 minutos entre carreiras;



Apesar de esses problemas estarem aparentemente resolvidos subsistem outros, como o envelhecimento da frota, a falta de condições do terminal de Cacilhas, horários absurdos e desadequados.

Reunida a 27 de Abril de 2016, a Assembleia Municipal de Almada:

Reafirma a importância do transporte fluvial público para a mobilidade das populações e para o turismo no Concelho de Almada;

Lamenta as inadmissíveis perturbações ocorridas recentemente na Transtejo;

Sublinha a necessidade de solução de questões como a do envelhecimento da frota, da falta de condições do terminal de Cacilhas, da falta de carreiras durante a noite, assim como da necessidade de garantir uma maior articulação entre os transportes fluviais e outros meios de transporte em Almada, não representando esta um aumento significativo de custos.”

7.3.12 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pela substituição da cobertura do Terminal Fluvial de Cacilhas

O Terminal Fluvial de Cacilhas é uma infraestrutura do Grupo Transtejo integrada no equipamento para a prestação de serviço público de transporte fluvial entre as duas margens do Rio Tejo, integrado no sistema global da Área Metropolitana de Lisboa, mais concretamente entre Cacilhas/Cais do Sodré.

Através do respetivo terminal milhares de utentes fazem uso diário do transporte fluvial para atravessarem as duas margens

O mesmo terminal está integrado numa rede de transportes que prestam serviço público, como são o caso da TST (Transportes Sul do Tejo), do MTS (Metro Transportes do Sul), dos TÁXIS, sendo ainda complementado por estacionamento automóvel.

Sendo da máxima utilidade a fomentação dos transportes públicos coletivos tendo em vista também o descongestionamento do tráfego automóvel dentro das cidades, diminuir o tempo de deslocação das viagens; e a criação de bons hábitos ambientais mitigando a emissão de gases poluentes na atmosfera, é prioritário que se aposte numa maior qualidade privilegiando o investimento nos transportes coletivos.

Datado de 1978, e tendo sofrido obras de remodelação em 2010, nomeadamente, a instalação de sanitários e o posto de venda de bilhetes, o telhado do equipamento em questão, constituído por placas de fibrocimento, não foi intervencionado aquando das obras de requalificação do terminal.

Desta feita, estando provado que a exposição continuada às partículas libertadas pelas placas de fibrocimento é potencial causadora de graves problemas de saúde e estando contemplada na Missão do Grupo Transtejo, a prestação do serviço de transporte público fluvial de passageiros e veículos com padrões elevados de qualidade e segurança, segundo critérios de sustentabilidade económico-financeira, social e ambiental, tal como os Valores contemplados



no mesmo Grupo, onde se realça o respeito pelos direitos das pessoas e a proteção do ambiente e promoção da segurança das pessoas e bens, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 27 de Abril de 2016 na localidade da Charneca da Caparica, vem desta forma:

- 1 - Manifestar preocupação pela exposição diária e continuada de utentes e de profissionais da Transtejo, a potenciais partículas de amianto libertadas em consequência das placas de fibrocimento que constituem o telhado do Terminal Fluvial de Cacilhas
- 2 - Defender a remoção urgente das placas de fibrocimento que constituem o telhado do respetivo equipamento, substituindo o mesmo por materiais que não sejam nocivos à saúde
- 3 - Pugnar para que a tutela possa fazer uso de um maior e adequado investimento em conformidade com as verdadeiras necessidades e exigências, quer dos profissionais da Transtejo, quer dos utentes que fazem uso do transporte fluvial entre Cacilhas e o Cais do Sodré.”

7.4 - No debate dos documentos apresentados usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais António Pedro Maco, Luísa Ramos, Nuno Matias, José Joaquim Leitão, Carlos Guedes e Luísa Ramos.

7.4.1 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Um as breves notas relativamente aos documentos que são apresentados neste período da ordem do dia, e o CDS não pode deixar de realçar os documentos que são apresentados relativamente às questões que têm a ver com o Terminal de Cacilhas e com o transporte fluvial. É de louvar e verificar que existe uma convergência, digamos assim, de interesse por parte de todos os Grupos Municipais relativamente à problemática que está instalada, relativamente quer o transporte fluvial, quer também as condições em que esse mesmo processo transporta que tem a ver com as infraestruturas, com as carreiras e também com certeza com os profissionais que executam este mesmo serviço e que prestam o serviço às populações. É de louvar que assim seja, independentemente de alguns considerandos dos documentos apresentados que, enfim o CDS-PP nalguns não tem uma posição tão em convergência mas que no plural vemos como satisfeitos esta convergência de esforços e com certeza que desta forma iremos conseguir que o serviço de transporte fluvial em Almada seja melhorado e com certeza que as populações irão ser beneficiadas com essa mesma situação. Entretanto aqui propriamente também nos restantes documentos o CDS-PP irá votar favoravelmente o documento apresentado pelo PSD, tem mais uma vez tem a ver com questões de economia local e com empreendedorismo, uma das situações que o CDS-PP tem vindo também ao longo do tempo a apresentar como uma das lacunas relativamente ao Concelho de Almada e que temos vindo a ter oportunidade de apresentar também quer



publicamente, quer junto das instâncias locais esta mesma dificuldade em criação quer de emprego, quer de economia, quer mesmo de empreendedorismo, é uma Moção que para o CDS-PP é de louvar que seja aqui apresentada.

Relativamente ao documento do PAN, iremos votar favoravelmente. Nas Moções da CDU, o CDS-PP irá votar favoravelmente o documento 1º de Maio - Dia do Trabalhador. Irá votar também favoravelmente e também aqui uma das questões que é cara ao CDS e que inclusivamente também tem apresentado um conjunto de propostas para um investimento maior na educação local e saudar também a Câmara Municipal pelo investimento que fez relativamente aos computadores para as Escolas Básicas da rede pública. Sr. Presidente, neste caso aqui louvamos esta iniciativa e que as verbas que estejam alocadas nos próximos orçamentos sejam aumentadas para este sector.

Em relação à Moção para a reposição das Freguesias, aí não poderemos estar em maior divergência. Aliás, espanta-nos um pouco como é que na altura em que foi proposta e que foi avançada esta mesma reforma, estávamos também sensivelmente a um ano das eleições autárquicas, nessa altura os Partidos que agora, que neste caso o Partido Comunista, a CDU apresenta aqui nesta Assembleia é para a reposição das Freguesias. Ou seja, foi aqui falado e é apresentado relativamente às populações, mas deixamos a questão, mas interessa a quem? Aos políticos ou às populações? É que nós não vemos, e estamos aqui numa Freguesia que é uma Freguesia agregada, não vemos as populações a manifestarem-se diariamente a favor da desintegração da União de Freguesias. Que dados é que a CDU tem para apresentar esta proposta que não seja apenas de um interesse politicamente dito. Andamos na rua Sr.ª Presidente aqui da União de Freguesias, mostre-me dados que indiquem que as populações estão na rua a reivindicar novamente uma Freguesia diferente, uma agregação totalmente diferente do que esta que temos. Se realmente na prática mostrarem essas provas e se realmente conseguirem mostrar e demonstrar com factos que as populações estão descontentes, que o serviço piorou, cá estaremos também para mudar de posição. Obviamente isto é uma reforma aprofundada, a reforma está em contínua mudança, leva um composto de melhoramento como é evidente que é aquilo que se pretende, agora apresentar aqui uma Moção só para dizer que as populações estão descontentes com a União de Freguesias, eu acho que carece realmente de provas concretas.

Em relação à Moção apresentada pela CDU às alterações climáticas, o CDS-PP irá abster-se. Relativamente às Moções do Bloco de Esquerda, o CDS-PP irá votar favoravelmente a Moção "Trafaria é Gente!" e não acompanhará, embora como é evidente saúda também o 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa, Saúda o 25 de Abril e o 1º de Maio, mas os considerandos apresentados nestes dois documentos que não concordamos, não iremos acompanhar favoravelmente.



Já relativamente ao Voto de Solidariedade de Luaty Beirão, como é evidente e tanto se falou aqui de liberdade, tanto se falou aqui de democracia, o CDS-PP sem qualquer dúvida votará favoravelmente este documento.”

7.4.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente aos documentos apresentados e em análise. Relativamente à Moção do PSD, pelo Polo Universitário de Almada - Impactos e investimentos regionais, parece-nos uma abordagem interessante só que, e já tivemos oportunidade de manifestar junto da bancada do PSD, consideramos que a fundamentação para chegarmos às conclusões na parte deliberativa, do nosso ponto de vista não estão claras e têm um conjunto de ligações que nos dificulta o entendimento daquilo que é ou deve ser a parte deliberativa da Moção. E nesse sentido propusemos alterações que o PSD nos diz que está disponível para aceitar e que por poupança de tempo eu não vou ler as alterações, mas tem profundas alterações na parte introdutória e depois fazemos chegar à Mesa, nessas condições passo só a colocar na parte deliberativa no segundo item onde se diz “considera crucial pugnar pelo estabelecimento”, sabemos que já há contatos e estabelecimento de protocolos, o que nós propomos é “pugnar pelo alargamento tanto quanto possível” depois fica tudo igual. Depois, “para tal fazemos uma recomendação ao Executivo”, faz-se aqui uma recomendação no sentido de e a frase fica “para tal recomenda ao Executivo Camarário que encete esforços no sentido de concretizar, de garantir o referido nos pontos anteriores”. Finalmente no último item, no ponto 4, “reitera a importância da valorização do parque universitário de Almada com vista também à atividade empresarial particular” e nós acrescentamos “pública”, porque não pode ser só para atividade particular, também tem que ser para as entidades públicas, considerando-a matéria tendente à amplitude e diversificação das fontes de financiamento.

Estes são do ponto de vista das alterações propostas ao documento do PSD que nos parece com este tipo de redação ir mais de encontro aos objetivos que se pretendem. Depois relativamente às propostas do PAN e do CDS, não temos nenhum problema em votar favoravelmente, mas não deixa de ser curioso que o Sr. Deputado do CDS, teve que esperar quatro anos para perceber a importância do transporte fluvial e sobretudo a existência de fibrocimento. Vejam lá Srs. Deputados, até parece que isto é tudo resultado de há duas semanas atrás. Mas obviamente que votaremos a favor.

Depois relativamente às propostas do Partido Socialista, tal como já o Sr. Deputado referenciou, nós votaremos mas é só por uma questão de rigor, é então a dita alternativa ao texto, em vez de ser um transporte “turístico”, é os “turistas” utilizam o transporte da Transtejo e não somos nós utentes que utilizamos o transporte turístico e, a ideia está feita também farei chegar à Mesa.

Sendo igualmente utilizada por um número crescente de turistas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

E já agora uma sugestão na parte deliberativa, quando sublinha a necessidade naturalmente que sim, mas temos que sublinhar esta necessidade junto de alguém e portanto devemos sublinhá-la junto de alguém e devemos sublinhá-la junto do Governo, que é um entendimento normal do que está aqui escrito.

Relativamente à questão do Bloco de Esquerda. Sim Senhor, relativamente à Constituição, ao 25 de Abril. E a questão da Trafaria, nós não ficamos à espera da Assembleia Municipal para tomarmos posições. E a Junta de Freguesia, aliás isso é referido na Moção do Bloco de Esquerda, já fez diligências e neste momento a única coisa que nós tínhamos a sugerir era que o Bloco de Esquerda pudesse na parte deliberativa modificar, ser claro na parte que diz: “exigindo reposição do serviço de acordo com o funcionamento existente à data de 19 que não é, é à data de 22 e já agora dizer que o serviço não é um serviço qualquer de multibanco e portanto a sugestão que fazemos tendo em atenção que o multibanco vai ficar, a sugestão que fazemos é com a reposição do terminal de serviços específicos a que a CGD chama parque automático da Caixa Geral de Depósitos. E sabemos que há diligências para que isto seja resolvido e a CDU desde a primeira hora que colocou esta necessidade. Há negociações, há reuniões e com certeza que sim, é a reafirmação daquilo que a CDU está a fazer.

Relativamente à questão do Voto de Solidariedade com os cidadãos angolanos. A CDU em 19 de outubro na Assembleia Municipal face às notícias que relatavam a situação humanitária em que se encontrava o cidadão luso angolano Luaty Beirão, detido em Angola, apresentámos um Voto, apresentámos um apelo às autoridades angolanas que tivessem em consideração a situação humanitária daquele cidadão. Reafirmamos que a defesa de direito de opinião e manifestação e dos direitos políticos, económicos e sociais é um princípio que nós defendemos à exaustão, mas também sublinhamos a importância do respeito da soberania da República de Angola, do direito do seu povo a decidir livre de pressões e ingerências externas o seu presente e futuro, incluindo a escolha do caminho para a superação dos reais problemas de Angola e a realização dos seus legítimos anseios. Reiteramos a defesa dos direitos e garantias dos cidadãos angolanos, não nos pronunciamos sobre as motivações dos cidadãos envolvidos neste processo, mas reiteramos que cabe às autoridades judiciais angolanas o tratamento deste ou de outros processos que recaiam no seu âmbito, no quadro normal de funcionamento das suas instituições e de acordo com a sua ordem jurídico-constitucional. Aliás, não nos podemos esquecer, e a CDU não acompanha que procurando envolver cidadãos angolanos em nome de uma legítima intervenção cívica e política, visando efetivamente por em causa o normal funcionamento das instituições angolanas e desestabilizar de novo a República de Angola com a evocação de argumentos e a pretextos já utilizados para justificar a ingerência externa exercida sobre outros países, nomeadamente no continente africano. Aliás, não nos podemos esquecer também que foi a propósito e em nome da



liberdade e dos direitos humanos e da democracia que se fizeram guerras na Líbia, no Iraque e noutros sítios. Não vamos acompanhar este Voto, porque não temos, não sentimos legitimidade para contestar decisões dos órgãos de um País soberano, onde há eleições, onde há direito à oposição, onde há Partidos da Oposição e isto é um processo que nós não vamos instrumentalizar a partir daquilo que sentimos que pode ser legítimo, não vamos interferir na gestão normal e na soberania de um Estado com quem Portugal, aliás tem relações diplomáticas muito profundas. O Povo angolano saberá encontrar as suas formas de alterar, corrigir e até mudar se entender, mas nunca por pressões externas, porque nós também não aceitamos que um qualquer BCE ou União Europeia diga a Portugal que não pode cumprir a Constituição, que não pode ter salários dignos, nós também não aceitamos essas ingerências. Da mesma maneira é o Povo angolano que tem que decidir o seu destino.”

7.4.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação às Moções que temos à discussão e para deliberar, em primeiro lugar dar nota de que realmente, aceitamos as propostas da CDU, não que concordemos com a falta de utilidade ou alguma assertividade daquilo que é a caracterização do potencial que o Polo Universitário que existe no Concelho tem como potencial alavancagem de criação de riqueza e de valor no Concelho. Mas não queremos pôr em causa a parte deliberativa, é o essencial, que é o reforço da necessidade de encontrarmos mecanismos de desenvolvimento do nosso território, mecanismos de potenciar a criação de riqueza de empresas, de emprego e de valor, e a Cidade do Conhecimento e do Saber que temos em Almada que é um exemplo a nível nacional, pode e deve ser potenciado e maximizado com um conjunto de instrumentos ao desenvolvimento da economia local, que nem sempre tem sido aproveitados e que pensamos nós que devem ser potenciados também com a participação ativa o mais ativa da autarquia. Concordamos com a proposta da CDU, porque entendemos que a parte deliberativa é a mais importante do documento. Em relação ao documento do Dia do Trabalhador apresentado pela CDU, iremos votar favoravelmente e aqui está um bom exemplo como se pode e deve assinalar uma data histórica que nos une sem conteúdos panfletários, político-partidários que não fazem sentido no momento em que comemoramos as efemérides, porque as efemérides não devem ser utilizadas como armas de arremesso que muitas das vezes vemos e até nalguns documentos que aqui estão em debate. Em relação ao documento do Bloco de Esquerda sobre a Constituição da República, lá está, é um bom exemplo de como também algo que nós acompanhamos e também hoje na intervenção que o PSD fez nesta Assembleia sobre o 25 de Abril o realçou, o respeito que temos em relação a instrumentos fundamentais do nosso estado de direito, mas o Bloco de Esquerda não deixou de procurar também no meio deste documento ter considerandos político-partidários que não fazem sentido num



momento que devia ser de comemoração e não de ataque político-partidário e portanto iremos votar contra, bem como também a Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio. E dar só aqui uma nota e isto não é uma questão de nervosismo de direita como aqui é dito neste texto, mas é também um respeito pelos factos, porque o Bloco de Esquerda fala num caminho de reversão e reposição de salários e pensões, podia ter assinalado também que foi no anterior Governo que este processo começou e bem, porque no processo de ajustamento que foi necessário ter e mal, mas as consequências aconteceram por ações de sucessivos Governos que deixaram erros muito complicados para resolver e um ajustamento que era urgente fazer, mas este processo de reversão começou, acabaram-se com parte dos cortes nos salários e nas pensões no Governo anterior e já agora, em nome da verdade dos factos podiam ter aqui também acrescentado.

Em relação à questão angolana. Nós também somos um Partido de liberdades, de apoio à liberdade de expressão, de manifestação. Nós também entendemos que deve haver repúdio em relação a todos os processos judiciais não justificados. Mas também temos um princípio que nesta Assembleia Municipal temos reiteradamente vincado, nós entendemos que na Assembleia Municipal não devemos discutir ou deliberar sobre problemas que ou não têm solução nos seus órgãos municipais ou no caso até não têm a ver com o nosso Estado. E portanto por uma questão de princípio e de coerência não iremos acompanhar este documento, não porque não estejamos preocupados com valores que aqui estão transcritos, acompanhamos, já o temos dito noutras ocasiões, mas porque tem a ver com um princípio em relação a matérias que não dizem respeito a Almada e aos almadenses.

Em relação à proposta do Bloco de Esquerda sobre a Trafaria e à CGD iremos votar favoravelmente.

A proposta do PAN iremos votar favoravelmente.

A Moção/Deliberação sobre os investimentos feitos nas tecnologias de informação pela autarquia, iremos votar favoravelmente, não deixando de destacar que a Autarquia e bem, dispõe de meios financeiros para intervir nos melhoramentos das nossas infraestruturas escolares, mas como também já tivemos ocasião de há bem pouco tempo testemunhar nesta Assembleia há outras carências neste sector que importa também que seja feito um reforço de intervenção e de investimento que também não teremos problemas nenhuns de aplaudir, como applaudiremos esta intervenção no futuro.

Em relação aos SMAS iremos também votar favoravelmente e aos investimentos feitos.

Em relação à Moção sobre as alterações climáticas também iremos acompanhar. Iremos também votar favoravelmente a Moção do CDS sobre o Terminal Fluvial de Cacilhas. E em relação à Moção da CDU sobre a Freguesias, dar algumas notas, porque a própria CDU na intervenção de apresentação desta Moção, penso que denunciou aquilo que é porque referiu duas grandes preocupações: uma a perda de proximidade em relação aos eleitores e aos



cidadãos. Eu pergunto-me se algum cidadão hoje sente grande dificuldade ou mais dificuldade pelo facto de ter hoje menos autarcas eleitos no seu território. Porque as infraestruturas das Juntas de Freguesia continuam, os funcionários continuam, a organização a menos que tenha havido algum problema de gestão dessa mesma organização não foi alterada a grande alteração e isso também foi dito na apresentação da Moção foi à perda do número de autarcas eleitos. Eu percebo que para a CDU isso seja uma grande preocupação, tem menos autarcas eleitos, eu diria que essa poupança da despesa em número de autarcas eleitos podia ter sido melhor alocada, em maior capacidade de intervenção dos autarcas de Freguesia que hoje em dia existem, têm responsabilidade e deviam ter capacidade e criatividade de reforçar os seus meios de intervenção. E portanto, pensamos nós que é uma falsa questão, para os cidadãos então é realmente uma falsa questão, iremos votar contra esta Moção.

E terminamos com a questão da Transtejo. Nós vamos votar favoravelmente as três Moções da CDU, do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista. Fazemo-lo porque entendemos que os transportes públicos são relevantes. É necessário a cada momento encontrar soluções para as realidades de um sector que tem problemas, que precisa de ajustamento, mas precisa de encontrar as melhores soluções. Mas não é por estarmos hoje em dia na oposição ao Governo da República que nos faz perder o norte em relação àquilo que é uma atuação racional e honesta. E nós não nos esquecemos que em 2011, o sector público dos transportes tinha uma dívida acumulada de cerca de dezassete mil milhões de euros, dezassete mil milhões de euros. E se isto não afligisse quem ouça este número, eu diria que só uma falta de conhecimento da realidade e do custo associado a esta dívida é que pode achar que não se tinha que fazer alguma coisa. E se calhar não se deixaram de cometer erros nesse processo de ajustamento, porque eu também gostaria de ter mais carreiras fluviais ou rodoviárias, também gostaria que o Metro Sul do Tejo chegasse mais longe e a mais cidadãos. Eu gostaria e certamente todos gostaríamos de ter um sistema público de transportes que servisse melhor o cidadão. A questão é, quem paga? E temos ou não temos verba para financiar o sistema ideal que nós gostaríamos que existisse. E eu penso que manda a racionalidade da nossa vida em sociedade que percebamos que tudo aquilo que é o custo associado a esse sector existe sob a forma de impostos que pagamos. E eu acho que todos nós queremos que exista maior racionalidade fiscal para que a sociedade se organize naquilo que é o ponto ótimo e dentro daquilo que é o ponto possível. Ora eu acredito que nos transportes, neste caso fluviais, também é possível fazer melhor e tentar fazer melhor. Mas temos que também perceber o ponto de partida que tínhamos em 2011 e tentar encontrar as soluções criativas e que beneficiem o cidadão. E portanto, deixávamos também aqui a sugestão que se pudesse desenvolver mais esta problemática, as Comissões desta Assembleia sei que têm falado sobre o problema dos transportes e acho que é relevante



fazermos as reuniões com a Transtejo e com outros operadores para tentarmos perceber melhor as deficiências que existem e o que é que tem sido feito ou o que pode ainda ser feito para melhorar mas dentro deste quadro de racionalidade porque seria fácil aqui vir dizer com alguma graça, com um Governo novo cheio de esperança e com seis meses de mandato, certamente rapidamente vão encontrar solução, mas nós vamos saber que daqui a um ano se calhar não vamos ter essa solução e se calhar não é por falta de capacidade ou incapacidade do Governo, se calhar tem a mesma visão limitada de recursos agora que estão lá e que percebem que não há dinheiro para tudo, nem há dinheiro para todas as soluções que seriam as ideais. Mas para isso, aquilo que é fundamental é nós enraizarmos a reflexão e de que forma é que podemos construí-la. E portanto, vamos viabilizar estas Moções com este propósito sem nos esquecermos que há um conjunto de responsabilidades que muitas das vezes exigimos ao Estado seja Central, seja Local que implica custos, custos que ao fim ao cabo e no fim do dia têm que ser repercutidos nos cidadãos sob a forma de impostos locais e nacionais e tudo isso exige racionalidade e antes de exigirmos temos de ponderar realmente de que forma é que é sustentável financiá-los sem pôr em causa um princípio essencial que é garantir um mínimo de condições no caso também dos transportes para que os cidadãos sobretudo aqueles que têm mais dificuldade, não deixem de ter acesso a veículos essenciais com a sua ligação com a sociedade.”

7.4.4 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Antes de fazer a intervenção sobre o conjunto das Moções, solicitava ao Sr. Presidente que nos ajudasse a compreender aquilo que estamos a votar relativamente à primeira Moção, porque pelo que percebi, a CDU fez um conjunto de propostas de alteração tanto nos considerandos como na parte resolutiva, que terão sido aceites pelo PSD, mas nós não sabemos quais foram globalmente e portanto antes do mais agradecia ao Sr. Presidente da Mesa que providenciasse a leitura do texto que vai ser sujeito a votação.”

7.4.5 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

As alterações são as seguintes, na parte introdutória logo no primeiro parágrafo e vou ler “no Distrito de Setúbal em resultado de processos históricos marcantes e da reconversão deficitária do tecido empresarial, justifica-se a aposta na sua modernização...” Todo esse grande parágrafo é eliminado, passando “para tal o foco deverá ser a partir das infraestruturas e competências já instaladas no Concelho de Almada, respeitantes às áreas educativas” e segue o restante texto da parte final da introdução.

Depois na parte deliberativa fica “deste modo a Assembleia Municipal reunida em Sessão...”, o primeiro ponto “reafirma a expressão e relevância da capacidade já instalada no Concelho de Almada, bem como a existência de condições de partida favoráveis à necessidade de



modernização da economia local”. É assim eliminada essa pequena parte do texto. Depois o segundo ponto diz-se “considera crucial pugnar pelo alargamento tanto quanto possível de acordos de parceria intermunicipais focados...” etc., continua como está. O ponto três diz “para tal recomenda ao Executivo Camarário que encete esforços no sentido de garantir o referido nos pontos anteriores”. E o último ponto diz “reitera a importância da valorização do Parque Universitário de Almada com vista também ao impulsionamento da atividade empresarial particular e pública, considerando-a matéria de interesse regional”.

7.4.6 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito agradeço ao Sr. Presidente da Assembleia esta atenção que nos permite agora já ter opinião sobre o assunto, trata-se mais de uma Moção PSD - CDU do que propriamente uma Moção PSD, mas a Assembleia já deu anteriormente sobejas provas de criatividade, até ouvi numa outra sessão uma referência que teríamos aprovado uma Moção só relativamente à data que estava nessa própria Moção. E portanto esta correção é uma correção virtuosa, aproveitou uma boa ideia e corrigiu o texto tornando-o aceitável para todas as bancadas, penso eu, e a bancada do PS como todas as outras tem todo o gosto em se associar à votação positiva.

O documento Nº 2, a Saudação ao 1º de Maio tem obviamente a concordância do Partido Socialista, é uma data que se impõe assinalar pelo seu significado histórico e real e futuro e portanto é uma Moção que nós votamos favoravelmente com todo o gosto.

A Moção seguinte do Bloco de Esquerda, Saudação ao 40º Aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa, é uma Moção importante e é uma Moção atual, o respeito pela Constituição da República finalmente ganhou fóruns de cidadania em Portugal depois dos ataques a que a Constituição esteve sujeita durante os últimos quatro anos e portanto é sempre bom assinala-lo com convicção. Aliás, a propósito desta Moção, gostaria de me associar em meu nome e em nome do Grupo do Partido Socialista à Saudação feita pelo Bloco de Esquerda e também pelo Sr. Presidente da Câmara ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal na qualidade de Deputado Constituinte, o Concelho de Almada teve a felicidade de contribuir não só com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal mas com outros cidadãos para a Assembleia Constituinte e penso que aproveitando este 40º aniversário faria sentido também que a Câmara Municipal de Almada promovesse alguma homenagem aos Deputados Constituintes do Concelho de Almada. É aqui uma sugestão que fica e que penso que é importante no momento em que vivemos.

Temos depois uma nova Moção sobre o 1º de Maio que também merece o nosso voto favorável esta do Bloco de Esquerda.

Sobre a situação de Luaty Beirão e dos outros ativistas angolanos, obviamente que o que está em causa é uma questão de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. E no mundo



em que vivemos, num mundo globalizado, nós, como dizia o poeta noutros tempos, Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar. E portanto a solidariedade aqui é uma solidariedade obrigatória, é um imperativo moral e nós associamo-nos também a este Voto de Solidariedade do Bloco de Esquerda.

Sobre as Moções que se referem à travessia fluvial, todas elas merecem a nossa concordância. Obviamente aquela que apresentámos e as apresentadas pelas outras forças. Pensamos que é importante sublinhar a importância do transporte fluvial e lutar para que a qualidade do serviço se afirme no nosso Concelho e para as nossas populações.

Também concordamos e votaremos favoravelmente a Moção “Trafaria é Gente”, não faz sentido que a população da Trafaria seja paulatinamente privada de um conjunto de infraestruturas e de serviços que lhe são imprescindíveis e portanto é preciso saber dizer não quando se está a ultrapassar uma linha do razoável e devemo-nos solidarizar com a população da Trafaria, na defesa dos seus direitos e dignidade.

Relativamente ao documento nº 8, abandono do uso do glifosato, achamos que o modo como a questão está colocada é uma forma construtiva, aponta para uma progressividade, para uma utilização de meios e de métodos que preservam o ambiente e garantem a qualidade de vida futura das populações e portanto pensamos que é uma boa iniciativa do PAN e associamo-nos a essa iniciativa.

Sobre as TIC nas escolas do Ensino Básico e Jardins de Infância, obviamente que este investimento é um investimento que não pode deixar de contar com a concordância de todas as bancadas. De qualquer modo permito-me chamar atenção para o seguinte, no texto da Moção refere-se que foram instalados 248 computadores para sete mil e oitocentos alunos do Pré-Escolar e 1º Ciclo. Ora, se nós fizermos a divisão do número de computadores pelo número de alunos, temos um rácio de 31,45. Este rácio de 31,45 apenas é compatível com a informação de que existe um computador por sala de aula por haver um número significativo de turmas em desdobramento, porque se tivesse cada uma a sua sala como devia, não havia computadores suficientes para todas as salas de aula, porque a média dos alunos por turma é inferior a 25 como sabemos, nas escolas do 1º Ciclo de Almada. E há aqui um aspeto positivo, um aspeto que se deve aplaudir, mas que é insuficiente e que é modesto quando comparado com indicadores de outras cidades, indicadores nacionais e indicadores de outros países desenvolvidos.

Relativamente à Moção dos SMAS de Almada, votaremos a favor obviamente também sobre a reposição das Freguesias, pensamos que esta Moção integra uma frase, que é uma frase essencial para caracterizar também o modo como o Partido Socialista vê esta matéria. E essa frase é a seguinte, “uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações”. E acrescentava ainda um ponto, e desde que permita, atinja melhorias significativas para os serviços prestados às



populações”. A reforma que foi inspirada pelo Ministro Relvas, foi uma reforma feita à régua e esquadro, como na altura assinalámos, que não acautelou nada de significativo e de relevante nem na qualidade de vida das populações, nem no conforto, nem sequer ganhos de produtividade e de eficiência. Aliás a intervenção do Sr. Deputado Nuno Matias, refere aspetos que são inquestionáveis, mas que são paradigmáticos para caracterizar a reforma feita. Diz que as infraestruturas continuaram, os trabalhadores continuaram. Bem, então se continuaram as infraestruturas e continuaram os trabalhadores, em que é que se traduziu de ganhos essa reforma? Onde é que está a poupança? Essa reforma, na altura referimos nos debates que se fizeram, foi uma maneira de atirar areia dos olhos da troika que se deixou enganar com esta manobra do Governo de então. Foi uma manobra que não produziu nada de positivo e portanto é uma situação que deve ser corrigida com o envolvimento das Freguesias e da Associação representativa das Freguesias ANAFRE num contexto nacional, e neste momento perspetivam-se, dão-se os passos no sentido que essa correção seja feita. No essencial estamos de acordo e votamos a favor da Moção.

Sobre a Moção do CDS-PP, concordamos com a Moção do CDS-PP e votamos a favor.”

7.4.7 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós começamos por informar que votaremos favoravelmente o conjunto de todas as Moções hoje em discussão. Não podemos no entanto de deixar de fazer algumas observações, não tanto às Moções em si mas ao que sobre elas já aqui foi dito.

Disse-nos o CDS, o Sr. Deputado António Pedro Maco do CDS, que não vemos as populações a manifestarem-se contra a extinção de Freguesias e pediu provas concretas que demonstrassem que as populações estão descontentes. Não sei se quer estudos, se o que quer, o que é engraçado ou não tanto é que para extinguir as Freguesias não foram precisas provas concretas de coisa nenhuma, foi precisa uma ordem vinda da troika, como sabemos e já aqui foi dito pelo Sr. Deputado Courinha Leitão do PS, uma ordem para cortar a direito, ordem que o Sr. Ministro Relvas, de má memória, não que algum tenha sido de boa memória, mas esse deixou uma memória, principalmente a nós autarcas bem viva e bem presente nas nossas vidas. Uma ordem que o Sr. Ministro Relvas executou diligentemente e como também uma vez mais já aqui foi dito a régua e esquadro. Disse-nos depois o Sr. Deputado do PSD que o problema estaria aqui em haver menos eleitos. O problema presumo eu, para a CDU, mas que, como a posição que o Bloco de Esquerda defende é em tudo semelhante, deverá também ser o problema do Bloco de Esquerda, eu creio que é um problema de todos e de todas, porque é um problema da representatividade que está aqui em causa e sabemos que ao serem retirados autarcas nas diversas Freguesias criamos um problema de representatividade efetivo nessas populações e depois podemos pensar tudo e mais alguma coisa sobre esta extinção/agregação, digamos assim, de Freguesias que foi feita



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pelo então Ministro Relvas. Uma coisa que nós não nos podemos esquecer é que ninguém pode pensar que quatro Freguesias como era Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas agregadas com um total de população na ordem dos 50 mil habitantes vão continuar a ser servidas da mesma forma que eram antigamente. Aqui, onde estamos, onde uma área que já era grande da Charneca que se juntou a uma área que também era grande da Sobreda, mantendo o mesmo número de autarcas e vamos nós pretender que o serviço prestado às populações ou que a representação das populações naquilo que é o seu órgão autárquico mais próximo se mantem equivalente, não, não podemos acreditar. O que nós podemos acreditar é que estes são os órgãos de facto mais próximos das pessoas e que as pessoas no meio do turbilhão de ataques a que estavam a ser sujeitas durante os últimos quatro anos deixaram com certeza passar este como sendo o que menos afetaria as suas vidas, que menos afetaria os seus bolsos, mas não deixamos de lutar para que isto seja repostado e para que as populações sejam de facto envolvidas na discussão das vidas das suas Freguesias.

Em relação à Trafaria. Nós dissemos aqui na apresentação do documento que a Trafaria tem sido sujeita aos mais diversos ataques ao longo dos últimos anos. Foi o encerramento do posto dos CTT, não o referimos mas está no corpo da Moção que foi a Junta de Freguesia a assegurar a manutenção de alguns serviços dos CTT. Foi a retirada do Centro de Saúde para a Costa da Caparica, mantendo algumas valências, mas depois um curto-circuito fez com que todo o Centro de Saúde fosse encerrado, mandando para as calendas ou para uma melhor oportunidade a sua reabertura. Sabemos bem ao que é que isso levou. A população da Trafaria viu-se confrontada com a possibilidade da chegada de um Terminal de Contentores para agravar ainda mais as condições de vida a que estava sujeita, unindo-se não só a população da Trafaria, mas a população de todos o Concelho de Almada, conseguimos derrotar essa intenção. Acontece que, diz a Sr.^a Deputada Luísa Ramos que o Grupo Municipal da CDU não ficou à espera da Assembleia Municipal para tomar posição, o Bloco de Esquerda também não, mas mal seria que chegássemos nesta data tão em cima do acontecimento a este órgão que nós consideramos importante e nele não tomássemos qualquer posição, por isso estranhámos o comentário, mas não deixamos de o assinalar.

Em relação à situação dos refugiados em Angola e dos ativistas angolanos. Nós respeitamos como é evidente a soberania do povo angolano e estamos cientes que mais tarde ou mais cedo chamado a decidir o povo angolano saberá decidir sobre o seu futuro. Agora, nós a conclusão a que chegamos e eu peço desculpa, mas neste momento vou dizer o PCP e não a CDU, que para o PCP os direitos humanos são direitos de geometria variável, defendem-se nuns países e podem ser atropelados noutros. Para nós não. Para nós os direitos humanos são questões fundamentais, são para defender em todos os países. Nós não queremos desestabilizar o povo angolano, não queremos desestabilizar a vida em Angola e sabemos bem que quem desestabiliza a vida em Angola é quem governa, é a elite corrupta que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

governa o povo angolano e que vive na opulência enquanto esse mesmo povo vive na miséria, passando as maiores provações.”

7.4.8 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dar telegraficamente algumas situações, e vamos de facto àquilo que nos parece que é mais relevante para a nossa discussão em termos de Assembleia Municipal. Bom, pergunta-se e diz-se, e afirma-se que a Moção da CDU a grande preocupação relativamente à extinção de Freguesias é não ter mais eleitos. De facto é uma preocupação para a CDU, como deve ser para qualquer Partido que entende que os seus eleitos estão ao serviço da causa pública, estão ao serviço das populações e ajudar, e contribuir com elas para a resolução dos seus problemas. E não vemos nenhuma contradição em dizer que com menos eleitos trabalha-se pior. E portanto desafio já agora que estamos em desafios, que alguém diga que com os atuais eleitos que diminuíram para territórios superiores, trabalha-se melhor. E não é tão mau e as populações não estão tão desprotegidas pelo esforço enorme, e aqui merecem uma saudação muito especial todos os eleitos de todos os Partidos, é natural que o CDS não sinta isso porque não tem eleitos nas Freguesias, mas todos os Partidos, todos os cidadãos sabem o enormíssimo esforço que os eleitos nas Freguesias conhecem e sabem para resolver os seus problemas. E quando nós vimos aqui dizer que há coisas por fazer, pois há Srs. Deputados, é porque efetivamente gerir uma Freguesia como já aqui foi dito com uma chamada mega Freguesia ou outra qualquer e não é por acaso que nós estamos num território que todos os dias necessitamos de mais reforço e de mais ligação às populações. É essa a nossa interpretação do reforço também da cidadania.

Uma nota Srs. Deputados, o Sr. Deputado Nuno Matias disse, pois é isto dos transportes, mas quando chegámos havia uma dívida de mil milhões, pois é Sr. Deputado, mas quando saíram deixaram uma de quase de 20. E mais, quando chegaram quiseram acabar com a ligação Trafaria-Belém, quiseram acabar com a Carreira 53 da Carris. Foram cúmplices com a Administração dos TST no corte de Carreiras. Bom, eu não percebo como é que neste momento, e se não foram mais longe, foi com a luta das populações, das Freguesias, dos utentes e do Poder Local Democrático. Assim de facto não podemos desculpar o anterior Governo, enfim parece que agora está tudo desmemoriado, parece que não estiveram no poder, parece que estiveram fora de Portugal e que agora sim chegaram à conclusão que é necessário melhorar, chegaram sim à conclusão que é necessário motivar os outros para lutarem em defesa daquilo que quiseram destruir.

Já agora informar o Sr. Deputado Carlos Guedes que pode continuar a chamar a CDU, porque neste Grupo Municipal há Comunistas, há Verdes e há Independentes.”

7.5 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.



7.5.1 - A Moção/Deliberação sobre Polo Universitário de Almada - Impactos e investimentos regionais, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino, foi aprovada por unanimidade.

7.5.1.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção Deliberação sobre Polo Universitário de Almada - Impactos e investimentos regionais
No distrito de Setúbal, em resultado de processos históricos marcantes e da reconversão deficitária do seu tecido empresarial - justifica-se a aposta na sua modernização para tal o foco deverá ser a partir das infraestruturas e competências já instaladas no Concelho de Almada respeitantes às áreas educativas, constituindo-se este concelho como um dos mais relevantes polos estudantis de carácter universitário do território nacional, o qual deverá ser alvo de renovada aposta local, visando o aproveitamento do conhecimento gerado e do seu potencial para criar riqueza na região.

Deste modo, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 27 de abril de 2016:

- I. Reafirma a expressão e relevância da capacidade já instalada no concelho de Almada, bem como a existência de condições de partida favoráveis à necessária modernização da economia local;
- II. Considera crucial pugnar pelo alargamento, tanto quanto possível, de acordos de parceria intermunicipal focados no investimento no polo universitário de Almada e na sua aptidão para gerar riqueza na região;
- III. Para tal, recomenda ao Executivo Camarário que encete esforços no sentido de garantir o referido nos pontos anteriores;
- IV. Reitera, a importância da valorização do parque universitário de Almada com vista, também, ao impulsionamento da atividade empresarial particular e pública considerando a matéria de interesse regional, tendente à amplitude e diversificação das fontes de financiamento.”

7.5.2 - A Moção/Deliberação sobre 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador, apresentada pelo Sr. Deputado Nuno Gonçalves, foi aprovada por unanimidade.

7.5.3 - A Moção/Saudação ao 40º Aniversário da Aprovação da Constituição da República Portuguesa, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.5.4 - A Moção/Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos



da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.5.5 - O Voto de Solidariedade Luaty Beirão, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do PSD), catorze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do CDS-PP e Ind.) e uma abstenção (da eleita do PAN).

7.5.6 - A Moção/Deliberação Pela reposição da travessia fluvial de veículos entre a margem norte e a margem sul do rio Tejo, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por unanimidade.

7.5.7 - A Moção/Deliberação Serviço Público na Trafaria é Urgente!, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por unanimidade.

7.5.7.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação Serviço Público na Trafaria é urgente!

A população da Trafaria, principalmente a mais idosa, tem visto a sua vida complicar-se nos últimos anos.

Uma freguesia com cerca de 6000 habitantes tem sido prejudicada e esquecida de forma grave e injustificada.

Foi encerrado o posto dos CTT e se não houvesse o empenhamento determinado da Junta de Freguesias para assegurar o serviço nas suas instalações e com um funcionário a tempo inteiro, a situação teria sido muito pior.

Foi encerrado o Centro de Saúde obrigando assim os moradores da Trafaria, Corvina, Pêra e Cova do Vapor, a deslocarem-se ao Centro de Saúde da Costa da Caparica, com inevitáveis transtornos devido à falta de transportes e ao isolamento a que estão sujeitos e às despesas que assim ficam obrigados a fazer.

No passado dia 20 de Abril foi retirada a caixa multibanco da CGD (ato da responsabilidade desta instituição), a única com possibilidade para utilizar cadernetas e que era a única alternativa existente na Trafaria.

Isto é inadmissível e a Caixa Geral de Depósitos não pode atuar desta forma!

O respeito pela população da Trafaria é uma exigência e assim a reposição dos serviços deverá ser realizada de imediato!

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 27 de abril de 2016, delibera:



- Manifestar o seu apoio às diligências já realizadas quer pelo Executivo da Junta de União das Freguesias de Caparica e Trafaria quer pelo Padre da Paróquia de S. Pedro da Trafaria, exigindo a reposição do terminal de serviços específicos, da Caixa Geral de Depósitos “parque loja automática” com o funcionamento existente à data de 22 de Abril de 2016.”

7.5.8 - A Moção/Recomendação Pelo abandono do uso de Glifosato na Cidade de Almada, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Alexandra Correia, foi aprovada por unanimidade.

7.5.9 - A Moção/Saudação sobre o investimento em Equipamentos Informáticos nas Escolas Básicas do 1º Ciclo e Jardins de Infância da rede pública, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por unanimidade.

7.5.10 - A Moção/Deliberação SMAS de Almada investem 14,25 milhões de euros em Infraestruturas, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por unanimidade.

7.5.11 - A Moção/Deliberação Por um transporte fluvial público e de qualidade, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por unanimidade.

7.5.12 - A Moção/Deliberação Pela reposição das Freguesias do Concelho de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.5.13 - A Moção/Saudação Sobre a Conferência sobre Alterações Climáticas e Plataforma Local Almada Clima, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e uma abstenção (do eleito do CDS-PP).

7.5.14 - A Moção/Deliberação Sobre o Transporte Fluvial pela Transtejo, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Pinheiro, foi aprovada por unanimidade.

7.5.14.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação Sobre o Transporte Fluvial pela Transtejo

Ao longo de mais de 100 anos o transporte regular de passageiros e viaturas entre Cacilhas, Trafaria, Porto Brandão e Lisboa tem sido fundamental para o concelho de Almada. Sem este transporte, e muito especialmente antes da existência da Ponte sobre o Tejo, Almada não poderia ter tido o crescimento que teve ao longo do século XX;



Existindo hoje outras alternativas de transporte rodoviário e ferroviário na Ponte 25 de Abril, este meio de transporte continua a ser utilizado por milhares de pessoas diariamente, tendo vindo a travessia do Tejo sendo igualmente utilizado por um número crescente de turistas.

Apesar de também se assegurar a travessia do Tejo noutros concelhos, estas embarcações são popularmente conhecidas como Cacilheiros e têm uma importância simbólica não só no nosso concelho mas também na Grande Lisboa e até no país;

Os serviços da Transtejo têm vindo, de há alguns anos para cá, a diminuir em qualidade e frequência. Esta situação agravou-se com os governos de Passos Coelho que primeiro tentaram suprimir a carreira da Trafaria-Porto Brandão-Belém e acabaram por suprimir o transporte de viaturas entre Cacilhas e o Cais do Sodré:

Também foi notória a diminuição de frequência de carreiras e o encurtamento de horários;

Tal como em outras empresas de transportes coletivos, a política seguida foi permitir a degradação dos equipamentos para que fosse mais fácil privatizar;

Na Transtejo essa degradação foi notória na falta de manutenção da frota que levou recentemente à suspensão do transporte de viaturas na carreira Trafaria/Porto Brandão Belém além de perturbações na carreira Cacilhas-Cais do Sodré, em que chegou a haver intervalos de 20 minutos entre carreiras;

Apesar de esses problemas estarem aparentemente resolvidos subsistem outros, como o envelhecimento da frota, a falta de condições do terminal de Cacilhas, horários absurdos e desadequados.

Reunida a 27 de Abril de 2016, a Assembleia Municipal de Almada:

Reafirma a importância do transporte fluvial público para a mobilidade das populações e para o turismo no Concelho de Almada;

Lamenta as inadmissíveis perturbações ocorridas recentemente na Transtejo;

Sublinha, junto do Governo, a necessidade de solução de questões como a do envelhecimento da frota, da falta de condições do terminal de Cacilhas, da falta de carreiras durante a noite, assim como da necessidade de garantir uma maior articulação entre os transportes fluviais e outros meios de transporte em Almada, não representando esta um aumento significativo de custos.”

7.5.15 - A Moção/Deliberação Pela substituição da cobertura do Terminal Fluvial de Cacilhas, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovada por unanimidade.

8 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo IX**).

8.1 - Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para apresentação do documento.

8.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Foi distribuída pelos Srs. Deputados a informação da Atividade da Câmara durante os meses de janeiro e fevereiro e estamos ao dispor para as questões que queiram colocar.”

- 9** - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião, dia 28 de abril de 2016.
- 10** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, António José de Sousa Matos, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Maria do Carmo Mira Borges, Francisca Parreira, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Ivan da Costa Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves e João Carlos Mateus Albuquerque.
- 11** - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA e TV Almada; e de trinta e quatro Srs. Múncipes.
- 12** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 13** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H15 do dia 28 de abril de 2016.
- 14** - Por ser verdade se elaborou a presente Minuta da Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____